

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia



1290000592



IE

TCC/UNICAMP Si38s



Monografia:
**“Sistema Bancário e
Estabilização Monetária no Brasil”**

Aluno: Michel Alexandre da Silva, r.a. 951251

Orientador: Prof. Natermes Guimarães Teixeira ✓

Campinas, dezembro de 1998 ✓

TCC/UNICAMP
Si38s
IE/592

CEDOC/IE

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Índice:

Introdução.....	1
Capítulo 1: A Atuação do Sistema Bancário.....	3
1.1. O Lado Operacional do Sistema Bancário – Financeiro.....	3
1.1.1. Tipos e Formatos Institucionais de Intermediação.....	3
1.1.2. Necessidades e Formas de Intermediação Financeira.....	6
1.2. Evolução Recente do Sistema Bancário Brasileiro.....	8
1.2.1. A Reforma Bancária de 1965.....	8
1.2.2. O Projeto de Reforma Bancária e os Dispositivos Relativos ao Sistema Financeiro Nacional da Constituição de 1988.....	12
1.3. Evolução Recente da Economia Brasileira.....	16
Capítulo 2: Desempenho Bancário no Brasil nos Anos 90.....	24
Capítulo 3: Conclusão.....	32
Anexo Estatístico.....	37

Introdução:

Durante o período inflacionário, a lucratividade bancária era impulsionada principalmente pela própria inflação. O mecanismo que permitia a geração do chamado ganho inflacionário era o seguinte: o sistema bancário recebia recursos de terceiros sobre os quais não incidia correção monetária, tanto voluntários (depósitos à vista, ordens de pagamento, etc) quanto compulsórios (recolhimentos diversos, obrigatoriamente realizados junto à rede bancária). Esses recursos só tornavam-se disponíveis aos seus credores finais após certo período. Durante esse tempo, os bancos realizavam aplicações financeiras com essas captações, através das quais recebiam rendimentos extra-operacionais. Quando o dinheiro era repassado ao seu credor final, os bancos obtinham ganhos tanto por repassarem os recursos sem correção monetária como por terem realizado aplicações financeiras com os mesmos.

Essa forma de geração de receitas foi utilizada durante toda a década de 80 e até meados de 1994. Os ganhos inflacionários - também conhecidos como *floating* - garantiram aos bancos altas taxas de rentabilidade. Esses lucros elevados permitiram que os bancos criassem uma enorme estrutura e oferecessem modernos serviços bancários gratuitamente. A automação bancária atingiu níveis comparáveis apenas à de poucos países desenvolvidos. Alguns serviços, como a compensação de cheques em 24 horas, não existiam em nenhum outro lugar do mundo.

Em junho de 1994, foi implantado o Plano Real. A inflação foi drasticamente reduzida, afetando negativamente a lucratividade bancária. Várias instituições, principalmente as que já apresentavam problemas, tiveram sua liquidação decretada pelo Banco Central e outras foram colocadas sob sua intervenção, como foi o caso do Banespa e do Banerj. No segundo semestre de 1994, o sistema bancário apresentou sensível queda em sua rentabilidade. Mas já em 1995 os bancos começaram a dar claros sinais de recuperação, mostrando grande capacidade de adaptação à economia estabilizada.

Com a perda dos lucros inflacionários, o sistema bancário passou a buscar fontes alternativas de lucro, que fossem compatíveis com uma economia estabilizada. Com esse intuito, realizaram várias transformações, que refletiram-se tanto no âmbito das receitas quanto das despesas. Isso permitiu aos bancos manterem um desempenho razoável num contexto de economia sem inflação.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desempenho do sistema bancário brasileiro durante a década de 90. Pretende destacar quais foram as novas fontes de lucro utilizadas pelo sistema bancário após o Plano Real, quando houve a perda dos recursos inflacionários, e também avaliar a magnitude do sucesso da adaptação dos bancos à economia estabilizada.

CAPÍTULO 1: A ATUAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

1.1. O Lado Operacional do Sistema Bancário- Financeiro

Os bancos, antes de tudo, são instituições financeiras, cuja atuação na economia está sobreposta ao sistema de crédito intercapitalista. Esse sistema, consubstanciado através das inter-relações creditícias, é operado e se desenvolve no chamado mercado financeiro, tendo por base as negociações com os diversos títulos de dívida. O sistema bancário - financeiro, por sua vez, atua no mercado financeiro institucional, centralizando, concentrando e administrando a massa de ativos financeiros emitidos - desde a moeda (ativo monetário), até os demais títulos de crédito (ativos não - monetários).

Assim sendo, o principal negócio bancário, genericamente, traduz-se na captação de depósitos e concessão de empréstimos. Trata-se, portanto, de uma atividade de intermediação financeira, a partir da qual um banco pode ser definido como uma instituição que empresta recursos a uma certa taxa remunerativa e toma emprestado a uma taxa mais baixa. Por conseguinte, os bancos assumem uma posição estratégica na economia, intermediando o confronto entre os agentes emprestadores e os agentes tomadores de empréstimos. Em outras palavras, os intermediários bancários, enquanto instituições financeiras, atendem a dois tipos básicos de solicitação: dos aplicadores ou poupadores, tomam dinheiro emprestado e, aos tomadores ou investidores, concedem empréstimos. Cabe considerar, porém, que não só os bancos, estritamente, são instituições financeiras, pois pode existir uma infinidade de entidades que são consideradas também instituições financeiras.

1.1.1. Tipos e Formatos Institucionais de Intermediação

Dentro de extensa variabilidade, as instituições financeiras, sob os aspectos da organização e funcionamento, dentro de extensa variabilidade, denotam uma distinção básica relacionada, restritamente, às operações de crédito. Um segmento institucional é formado por instituições financeiras creditícias, as quais concedem empréstimos e captam recursos do público em geral. Um segundo conjunto agrupa as demais empresas financeiras, cujo único nexa, do ponto de vista operacional, reside no fato de não realizarem operações de crédito - ou seja, concessão de empréstimos e captação de recursos no mercado.

O primeiro conjunto institucional creditício compreende as instituições propriamente bancárias, com sua vasta nomenclatura complementar, tais como: i) bancos comerciais, de depósitos, de negócios, de descontos, de investimento, de desenvolvimento, etc.; ii) companhias e sociedades ou associações de crédito, de financiamento e de investimento; e iii) outras instituições com denominações específicas (financiamento setorial, regional, etc.). No outro grupamento, o das instituições financeiras não-creditícias, incluem-se: i) empresas que atuam no setor financeiro mas são essencialmente prestadoras de serviços, a exemplo das companhias de seguros, previdenciárias e de capitalização; ii) instituições auxiliares ao mercado financeiro, particularmente o acionário, tais como sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e bolsas de valores; e iii) outras instituições, como por exemplo: empresas de *leasing*, cooperativas de crédito ou consórcios, empresas de *factoring*, e assim por diante.

Formalmente, a composição de um sistema financeiro é variável no tempo, em decorrência da própria dinâmica inerente aos requisitos das atividades econômicas nas distintas fases, estágios ou padrões de desenvolvimento econômico. Em geral, o sistema mantém uma certa estrutura e é organizado de forma a cumprir e atender às exigências e solicitações da economia na área financeira, sobretudo as relacionadas ao mercado institucional de crédito. Tais requisitos expressam-se nas condições básicas que regem qualquer transação financeira creditícia: montante envolvido, prazo de tempo e rendimento prometido. Montante e rendimento não conferem qualquer caráter ou especificação à

instituição concedente ou tomadora. No entanto, o fator tempo, explicitando o prazo da operação, demarca uma linha divisória institucional, quando relacionado às tomadas de recursos do público, entre as modalidades “à vista” e “a prazo”, dentro da respectiva composição passiva. Como o saldo dos depósitos à vista é considerado moeda escritural e, portanto, meio de pagamento, as instituições que realizam tal captação são denominadas instituições financeiras monetárias e compõem o sistema monetário. As instituições que realizam os demais tipos de captação a prazo fixo ou indeterminado, mas não transferíveis diretamente por cheque, são denominadas instituições financeiras não-monetárias (ou não-bancárias) e constituem o sistema não-monetário.

Considerando a composição convencional de um sistema de intermediação financeira, assume maior destaque o seu segmento propriamente bancário, isto é, aquele que, ao conceder empréstimos, avança dinheiro para financiar os gastos sem cobertura própria. Por sua vez, a predominância de um determinado tipo ou formato institucional no sistema de intermediação financeira, na ausência de estímulos e/ou impedimentos regulamentares oficiais, decerto provém da maior possibilidade de obtenção de lucro neste segmento, relativamente aos demais. Nesse caso, deve-se considerar que, do ponto de vista empresarial, o elemento decisivo para a atividade bancária das instituições financeiras - como, analogamente, para as atividades capitalistas em geral - reside na geração e potencialidade do lucro. Por se tratar de uma atividade financeira de intermediação, o lucro provém, fundamentalmente, do já referido diferencial entre taxas recebidas e pagas - o *del credere* - sendo que as operações ativas originam fluxos de entrada (receitas) e as passivas, reciprocamente, os fluxos de saída (despesas). O lado ativo, nesse contexto representado pelas aplicações bancárias, assume uma posição estratégica relativamente às fontes de recursos. Em primeiro lugar, as operações ativas, de lado o simples fato de que originam o fator positivo do *del credere*, geram todos os itens de receita bancária; ou seja, para um banco não existe fluxo de rendimento operacional dissociado e independente de suas aplicações. Noutras palavras, os itens (fluxos) de receita bancária existem e variam

segundo os respectivos itens (saldos) de operações ativas pretéritas. Cabe ainda considerar que o sistema bancário dispõe da faculdade de emissão secundária de moeda escritural, com base na contabilização de saldos de depósitos à vista. E, ademais, para os bancos, são os empréstimos que criam os depósitos; quer dizer: uma concessão, na verdade, significa um registro contábil de um novo saldo em depósito à vista. Afora essas possibilidades operacionais, o sistema bancário dispõe ainda de uma retaguarda institucional, proporcionada pela autoridade central através do atendimento a eventuais problemas de liquidez bancária.

1.1.2. Necessidade e Formas de Intermediação Financeira

Em termos formais, a intermediação financeira envolve necessariamente um agente mediador, identificado na figura de uma instituição e um instrumento financeiro. Trata-se, pois, da intermediação de uma unidade empresarial e de um papel (título, certificado, contrato, etc.) emitido e aceito pelas partes envolvidas na operação. As instituições e instrumentos financeiros exercem primordialmente uma função conciliatória de um variado espectro de interesses e expectativas inerentes aos demais agentes econômicos. A configuração institucional de um sistema financeiro, por seu turno, jamais poderá ter um caráter permanente, pois que é um reflexo da própria dinâmica das relações financeiras.

Considerando esse aspecto, é plausível admitir que o papel do sistema financeiro, por um lado, torna-se cada vez mais importante, à medida que os fenômenos de financiamento da atividade produtiva exigem maior flexibilidade; ou, em outras palavras, na proporção em que a economia atinge maiores níveis de desenvolvimento, dada a própria complexidade que assumem as relações econômico-financeiras. Por outro lado, é evidente que a intensidade dos efeitos produzidos no conjunto do sistema econômico pelo funcionamento do sistema financeiro depende, sobremaneira, do número e tipo de instituições que o compõem

e da adequação e alcance dos instrumentos utilizados. Ou seja, a importância do sistema financeiro está relacionada fundamentalmente à maneira pela qual é organizado e controlado seu funcionamento. Assim, por exemplo, um sistema financeiro apoiado sobretudo no segmento de bancos comerciais estará voltado, essencialmente, para aplicações de curto prazo. Tal situação é condicionada pela própria característica funcional dos intermediários bancários - evidenciada pela estrutura do seu passivo - posto que os depósitos à vista representam sua principal fonte de captação de recursos. Por conseguinte, levando em conta a particularidade dos depósitos à vista terem liquidez imediata, as aplicações desses bancos serão preponderantemente de prazos curtos, pela necessidade de serem compatíveis com a modalidade da captação.

Por outro lado, a intensificação da industrialização, por exemplo, deve supor captação de fundos a prazos maiores. Para tanto, ou os bancos comerciais ajustam a estrutura de seus passivos de modo a poder assumir os encargos de financiamento por períodos mais longos, ou o financiamento deverá ser extra-bancário. Neste último caso, as alternativas poderiam consistir no autofinanciamento, na captação de recursos em bolsas de valores ou no arrendamento mercantil, entre outras opções. Na hipótese desses mecanismos alternativos se revelarem ainda assim insuficientes - do ponto de vista de um determinado ritmo de industrialização - é condição *sine qua non* a criação de instituições de financiamento, isto é, instituições financeiras não-bancárias especializadas na aplicação a prazos maiores e com uma estrutura de passivo plenamente compatível.

Há que se destacar um outro aspecto relacionado à intermediação financeira institucional: o papel do Estado. Com maior ou menor grau, o Estado pode interpor a sua ação sobre a estrutura organizacional do sistema financeiro, assim como pode interagir em suas atividades. Em primeiro lugar, o Estado pode atuar diretamente no sistema financeiro, seja através de instituições financeiras sob seu controle, seja como tomador de empréstimos para atendimento a governos, empresas estatais, etc. Essa forma de atuação estatal parece não ser relevante

neste contexto, no entanto, a intervenção do Estado revela-se importante e mesmo imprescindível, em razão do caráter de institucionalidade que é inerente à organização e funcionamento do sistema de intermediação financeira. O exercício do poder estatal, nesse caso, não fica restrito à função de fiscalização ou controle do sistema financeiro, mas sim no estabelecimento de respaldo institucional, quando a autoridade monetária assume o papel de concedente de recursos financeiros de última instância às operações bancárias das instituições financeiras em geral. Como se sabe, a atividade bancária, por sua natureza, envolve um elevado grau de vulnerabilidade e, assim, o sistema financeiro requer um suporte institucional capaz de conferir maior estabilidade e segurança às suas operações, tendo em vista sua latente fragilidade financeira.

1.2. Evolução recente do Sistema Bancário Brasileiro

O sistema bancário brasileiro possui a sua atual estrutura devido a dois importantes acontecimentos: i) a Reforma Bancária de 1965 e ii) o Projeto de Reforma Bancária de 1987 e os dispositivos relativos ao Sistema Financeiro Nacional da Constituição Federal de 1988.

1.2.1. A Reforma Bancária de 1965

No período de 1964/67, foram realizadas várias reformas na economia brasileira, dentre as quais a reforma bancária. Esta é tida como a de maior profundidade e a que trouxe resultados mais imediatos e relevantes. Constituiu-se na promulgação de três leis que provocaram grandes modificações no sistema bancário brasileiro:

" 1. Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação, BNH, e institucionalizou o Sistema Financeiro de Habitação, SFH.

2. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que foi a base de uma

verdadeira *reforma bancária*, reestruturando o Sistema Financeiro Nacional, definindo as características e as áreas específicas de atuação das instituições financeiras e transformando a SUMOC e seu Conselho, respectivamente, no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional.

3. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento” (Lopes & Rosseti, 1992, pág. 320).

As mudanças realizadas procuravam estabelecer controle sobre as atividades realizadas pelas instituições financeiras, criar novos mecanismos de financiamento e tornar o sistema financeiro mais especializado e flexível, através principalmente do incentivo à intermediação não-bancária. Embora a Reforma, como esperava o Governo, não tenha contribuído para elevar o nível de poupança e canalizar recursos para investimentos produtivos, ela propiciou a diversificação e a intensificação da intermediação financeira do País. Não se pode considerar como poupança todo montante aplicado em papéis de qualquer natureza, disponíveis no mercado financeiro institucional, que não passam de simples certificados de rendimentos futuros. Segundo a formulação de Gurley & Shaw, poupança é a soma dos excedentes orçamentários em mãos das unidades superavitárias, canalizáveis e articuladas com investimentos produtivos. As reformulações adotadas em 1964/67 foram muito mais propícias às aplicações em ativos financeiros por parte dos detentores de recursos líquidos e prontos à valorização, em detrimento dos investimentos produtivos.

A principal mudança instituída foi a criação da correção monetária. Tal medida buscava eliminar vários problemas relativos às finanças públicas e à intermediação financeira. Apesar de contornar os efeitos da Lei da Usura – os juros nominais de 12% passaram a ser reais – deu origem, contudo, ao esquema de indexação da economia brasileira.

Após a Reforma, o quadro organizacional do sistema financeiro brasileiro altera-se substancialmente. Em 1965, predominavam os bancos comerciais; nas

duas décadas posteriores, o número dos mesmos cai significativamente e proliferam-se outras instituições financeiras, como pode ser visto na Tabela 1.

**Tabela 1.1: Número de Instituições Financeiras em Funcionamento
(final do ano)**

Instituições:	1965	1975	1985
Bancos Comerciais	331	106	107
Bancos de Desenvolvimento	4	15	16
Bancos de Investimento	/	40	38
Caixas Econômicas	25	6	5
Financeiras	202	142	113
Sociedades de Crédito Imobiliário	/	42	75
Associações de Poupança e Empréstimo	/	36	10
Empresas de Arrendamento Mercantil	/	4	56

Fonte: Banco Central do Brasil - Relatórios (vários números)

São criadas novas instituições que passariam a opera com as antigas, buscando-se acrescentar ao tradicional segmento de bancos comerciais um conjunto de instituições especializadas, visando incrementar a área das operações não-bancárias. Nesse particular, as principais mudanças foram: i) criação de um sistema de crédito especializado no atendimento ao setor das empresa produtivas, a partir da das regulamentações dos bancos privados de investimento e dos bancos estaduais de desenvolvimento; ii) a institucionalização do sistema financeiro da habitação, envolvendo, além do próprio BNH, algumas novas instituições, como as sociedades de crédito imobiliário (SCI) e as associações de poupança e empréstimo (APE) e iii) o acelerado processo de fusões e incorporações incentivadas pelo Governo. Também reflexo dessas mudanças foi o aumento da participação dos empréstimos realizados por instituições financeiras não-monetárias, em detrimento dos empréstimos concedidos pelos bancos comercias (Tabela 2). Em 1965, os bancos comerciais respondiam por mais de 80% dos empréstimos ao setor privado. Vinte anos depois, essa relação cai para 38%.

**Tabela 1.2: Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado por
Emprestadores Finais (final do ano, em %)**

Instituições	1965	1975	1985
Bancos Comerciais	80,8	51,3	38,2
Instituições Financeiras Não-Monetárias	19,2	48,7	61,8
Financeiras	9,9	10,4	10,6
Bancos de Investimento	/	10,9	8,6
Sistema Financeiro da Habitação	0,3	18,5	37,1
Bancos de Desenvolvimento	9,0	8,9	5,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil - Boletins (vários números)

Outro reflexo foi a crescente participação dos ativos financeiros não-monetários sobre o saldo total emitido (Tabela 3). Entende-se como ativos monetários aqueles de liquidez plena, ou seja, papel moeda em poder do público e depósitos à vista. Esses papéis também são conhecidos como meios de pagamento. Ativos financeiros não-monetários são os demais ativos financeiros que não encaixam-se no conceito de meios de pagamento. Esses papéis beneficiaram-se com a incorporação da correção monetária, que permitiu a possibilidade de ocorrência de juros positivos.

Tabela 1.3: Principais Ativos Financeiros (final do ano, em %)

Ativos	1965	1975	1985
Monetários	86,1	38,6	11,8
Papel-Moeda em Poder do Público	16,6	6,7	2,5
Depósitos à Vista	70,5	31,9	9,3
Não-Monetários	12,9	61,4	88,2
Depósitos de Poupança	/	11,9	23,0
Depósitos à Prazo	2,5	11,7	15,7
Letras de Câmbio	5,9	12,0	3,5
Letras Imobiliárias	0,1	1,9	0,0
Títulos da Dívida Pública	4,4	23,9	46,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil - Boletins (vários números)

Os negócios com ativos financeiros monetários foram extremamente prejudicados pela aceleração inflacionária, pois esta corrói o seu valor em termos de poder aquisitivo. Ademais, o recrudescimento da inflação induziu o encurtamento dos prazos vinculados às aplicações rentáveis, conferindo aos ativos não-monetários maior liquidez. Isso prejudica a efetividade de uma política monetária de contenção dos meios de pagamento, pois as cadernetas de poupança e os títulos da dívida pública passam a ser depósitos à vista disfarçados remunerados, ou seja, um tipo de meio de pagamento praticamente isento de controle.

Apesar dos bancos comerciais terem perdido importância na concessão de crédito tradicional, eles mantiveram-se como relevantes instituições de crédito *lato sensu*. A maior parte das novas instituições financeiras não-monetárias, ou foram criadas por bancos comerciais, ou foram posteriormente absorvidas por eles. Assim, os bancos comerciais passaram a atuar em todas as áreas do sistema financeiro, como líderes de grandes conglomerados financeiros. Esses conglomerados passaram a se chamar "bancos múltiplos".

1.2.2.O Projeto de Reforma Bancária e os dispositivos relativos ao Sistema Financeiro Nacional da Constituição de 1988

Em 1987, foi implementado o Projeto de Reforma Financeira, que tinha como objetivo a institucionalização dos bancos múltiplos. De acordo com as normas adotadas, as instituições financeiras poderiam transformar-se em bancos múltiplos. Tal medida esperava "1) promover uma redução nos custos operacionais dos bancos, que se traduzisse em benefício ao tomador final de empréstimos; 2) propiciar um 'funding' mais estável, para viabilização de empréstimos de mais longo prazo e 3) estabelecer maior flexibilidade operacional, no âmbito da intermediação financeira institucional" (Teixeira, 1995, pág. 136).

O Banco Múltiplo poderia ser de capital privado ou público, e deveria ser constituído basicamente por três carteiras:

- 1) comercial
- 2) de investimento ou desenvolvimento
- 3) de poupança, tanto para crédito imobiliário, como para poupança rural.

Os cinco subsistemas independentes seriam:

- 1) privado
- 2) oficial federal
- 3) oficial estadual
- 4) de mercado de capitais, seguros e *leasing*
- 5) de cooperativas de crédito

Na Constituição Federal de 1988, havia dispositivos destacados especificamente para o Sistema Financeiro Nacional. O principal aspecto tratado por essas deliberações constitucionais referia-se à concessão de autorização para o funcionamento de instituições financeiras. Esse aspecto incorporava três questões muito importantes: “ a liberalização , com a quebra das barreiras à entrada de novas instituições financeiras no mercado; a desestatização, podendo ser viabilizada pelo eventual início do processos de privatização de bancos oficiais; e a chamada ‘estrangeirização’, quando poderá concretizar-se a supressão da reserva de mercado, imposta ao setor bancário brasileiro” (Teixeira, 1995, pág. 138).

No caso das duas primeiras questões, a deliberação básica foi a permissão formal para o funcionamento de instituições financeiras particulares e governamentais, junto à possibilidade de decretação de liquidação extra-judicial. Em relação à liberalização, uma decisão importante tomada foi a eliminação do esquema cartorial até então prevalecente no sistema financeiro brasileiro. Quanto à última questão, o aspecto mais relevante reside na possibilidade de decretar-se a quebra do protecionismo ao capital bancário nacional, com a abertura ao capital externo no setor. Ao lado dessas questões, os dispositivos constitucionais ainda tratam da autonomia do Banco Central do Brasil e do provável ressurgimento da Lei da Usura.

O principal impacto dessas medidas foi o grande aumento do número de instituições financeiras e um processo acelerado de criação de bancos múltiplos, graças basicamente ao fim do valor comercial das cartas patentes, deliberado pela Constituição de 1988. Enquanto o número de instituições independentes caiu consideravelmente, o de bancos múltiplos subiu significativamente. Observa-se que foi bastante rápido o processo e persistente o movimento de formalização das estruturas multibancárias. A nova composição das instituições financeiras pode ser vista na Tabela 4.

Tabela 1.4: Instituições autorizadas a operar pelo Banco Central

Instituições com:	1987	1990	1993	1996
Carteira Comercial	103	189	216	232
-Bancos Comerciais	103	50	34	37
-Bancos Múltiplos	0	139	182	195
Carteira de Investimento	44	115	122	133
-Bancos de Investimento	44	23	17	23
-Bancos Múltiplos	0	92	105	110
Carteira de Desenvolvimento	13	14	23	26
-Bancos de Desenvolvimento	13	10	8	6
-Bancos Múltiplos	0	4	15	20
Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento	112	183	207	219
-Financeiras	112	51	42	47
-Bancos Múltiplos	0	132	165	172
Carteira de Crédito Imobiliário	70	96	90	99
-Sociedades de Crédito Imobiliário	70	29	8	20
-Bancos Múltiplos	0	67	82	79
Total	342	597	658	709
-Instituições Independentes	342	163	109	133
-Carteiras de Bancos Múltiplos	0	434	549	576

Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil, diversos números

Nota: em 1988 não há registro oficial de instalação de bancos múltiplos

Houve uma profunda alteração também no tipo de agente concesso de empréstimos ao setor privado. Os bancos múltiplos, que não existiam legalmente até 1987, aumentam sua participação na concessão de empréstimos ao setor privado de 9,6% em 1988 para 46,7% em 1992. Como as três maiores instituições federais mantiveram sua participação nos empréstimos constante (ao

redor de 40%), conclui-se que a grande perda relativa ocorreu nas instituições públicas e privadas independentes, que gradativamente estão transformando-se em bancos múltiplos.

Tabela 1.5: Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado por Emprestadores Finais (final de ano, em %)

Instituições	1988	1990	1992
Bancos Múltiplos	9,6	41,8	46,7
Oficiais Federais	41,0	36,1	41,2
-Banco do Brasil	16,2	11,9	14,2
-Caixa Econ. Federal	21,8	20,7	22,8
-BNDES	3,0	3,5	4,2
Independentes	49,4	22,1	12,1
-Bancos Comerciais	20,5	7,2	3,8
-Financeiras	2,7	1,0	0,7
-Bancos de Investimentos	4,8	2,1	1,8
-Socied. de Créd. Imob.	13,6	7,4	4,1
- Cxs. Econs. Estaduais	4,3	1,8	0,5
- Bancos Ests. de Desenv.	3,5	2,6	1,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil, diversos números.

Nota: Esta forma de classificação dos dados não foi mais publicada pelo Banco Central do Brasil nos anos mais recentes.

A estrutura dos ativos financeiros não alterou-se, e nem teria razões para isso, pois a Reforma não contemplou essa área. Os ativos monetários continuam mantendo uma participação pouco expressiva, devido à permanência da elevada inflação. Após o Plano Real, essa situação provavelmente modificou-se, mas essa forma de classificação dos ativos não foi mais publicada nos anos pós-Real.

Tabela 1.6: Principais Ativos Financeiros (final do ano, em %)

Ativos:	1988	1990	1992
Monetários:	6,7	10,9	4,7
- Papel-moeda em poder do públ.	2,0	4,3	1,7
-Depósitos à Vista	4,7	6,6	3,0
Não-monetários:	93,3	89,1	95,3
-Depósitos de Poupança	25,3	10,3	11,3
-Depósitos a Prazo	9,4	11,0	19,5
-Letras de Câmbio	0,3	0,1	0,1
-Letras Hipotecárias	0,0	0,4	0,7
-Tít. Div. Públ. Est. e Mun.	3,7	6,9	7,5
-Tít. Div. Públ. Federal	54,6	60,4	56,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Boletim Mensal do Banco Central do Brasil, diversos números.

Nota: Esta forma de classificação dos dados não foi mais publicada pelo Banco Central do Brasil nos anos mais recentes.

A Reforma legalizou uma situação - a atuação dos bancos múltiplos - que já existia na prática desde meados dos anos 70. A atual estrutura bancária brasileira, com o predomínio dos bancos múltiplos, pode trazer uma série de vantagens. Com a centralização do capital, os bancos podem obter economias de escala. O aumento do número de estabelecimentos bancários acirra a concorrência, podendo beneficiar os tomadores de empréstimos. Outra vantagem estaria relacionada com a complementaridade entre as operações de crédito. Por fim, os bancos teriam uma maior flexibilização operacional, com a centralização dos recursos, o que elevaria o patrimônio, o grau de endividamento do bancador e consolidaria os riscos bancários.

1.3. Evolução Recente da economia brasileira

Para se realizar um estudo sobre o sistema bancário brasileiro, é necessário destacar os aspectos mais importantes do desenvolvimento recente da economia brasileira e traçar um quadro, ainda que geral, da atual situação econômica, já que a conjuntura econômica tem uma grande influência sobre o sistema bancário.

O período que vai desde a instalação de governos civis (1985) até a implantação do Plano Real foi um dos mais conturbados da história brasileira, em todos os aspectos: político, social, econômico e institucional. Todos esses problemas geravam uma profunda instabilidade política, que era agravada pela constante mudança nas “regras do jogo”. Para ilustrar esse fato, o Brasil teve oito Ministros da Economia e dez Presidentes do Banco Central. Esse quadro criava uma profunda desconfiança nos agentes, de modo que os investidores mostravam-se indecisos e a especulação acirrava-se. A tabela a seguir dá uma idéia dos problemas da economia brasileira nessa fase.

Tabela 1.7: Brasil - Alguns indicadores selecionados

Indicadores	1988	1989	1990	1991	1992
Taxa de Inflação (%)	1.037,6	1.782,9	1.476,6	480,2	1.157,9
Taxa de Produto Real (%)	(0,1)	3,3	(4,4)	0,9	(0,9)
Índice de Produto Real	100	103	99	100	99
Índice dos Empréstimos	100	82	73	75	89
Índice dos Ativos Financeiros	100	106	75	72	98

Fonte: Relatório Anual do Banco Central do Brasil e Revista Conjuntura Econômica, diversos números

O primeiro trimestre do ano de 1990 coincidiu com o final do mandato do Presidente Sarney. Nessa período, a política econômica restringiu-se à administração da política monetária e das reservas internacionais, com a finalidade de evitar o desencadeamento de um processo hiperinflacionário.

Com a posse do Presidente Collor, em março de 1990, foi lançado também um novo plano de governo, conhecido como Plano Collor. Seus objetivos básicos eram conter a inflação e estabelecer uma nova convenção para os agentes econômicos. O Plano combinava medidas ortodoxas e heterodoxas e assentava-se em quatro pilares: reforma monetária e ajuste fiscal, política de rendas e reforma do comércio exterior.

O ajuste fiscal tinha como objetivo acabar com a necessidade do governo de valer-se do financiamento inflacionário e, assim, influenciar positivamente as expectativas dos agentes econômicos. A reforma monetária promoveria um

enxugamento de 67% dos ativos financeiros do setor privado, criando dessa forma a possibilidade de desvalorizá-los. Esses instrumentos, ambos de caráter ortodoxo, formavam a base do Plano Collor e estavam coerentes com seu diagnóstico da inflação brasileira. Segundo os gestores do Plano Collor, a inflação brasileira era provocada fragilidade financeira do setor público, pelo excesso de liquidez da economia e pelo desequilíbrio entre a riqueza financeira e a riqueza real. A política de rendas possuía um caráter heterodoxo; contemplou um congelamento de preços por 30 dias e objetivava apagar a memória inflacionária. Foi instituído o fim da indexação salarial e o estabelecimento de um índice para correção dos salários. O salário mínimo passaria a contar com uma correção monetária mais um ganho real. A reforma do comércio exterior incluía a criação de um regime cambial flutuante e a liberalização das importações; pretendia, com tais medidas, promover a modernização e contribuir para a contenção do processo inflacionário expondo a economia à concorrência externa.

O Plano Collor pretendia, além disso, realizar reformas estruturais: reforma do Estado, elaboração de uma nova política industrial, resolução definitiva da questão da dívida externa e a remoção de quaisquer outros obstáculos ao estabelecimento da estabilidade macroeconômica.

O caráter recessivo do Plano Collor fez-se sentir imediatamente. Houve grande queda na produção e aumento do desemprego. “Em abril, a produção industrial, comparada com o mesmo mês do ano anterior, caiu 25,8%” (Oliveira, F.A. de. “A Política Econômica da Recessão” in Oliveira, F. A. de (org.). “A Economia Brasileira em Preto e Branco”, Campinas, Editora Hucitec, 1991, pág.16). Como uma forma de reação à queda do nível de atividade da economia, os detentores de moeda “velha” (cruzados novos) retida no Banco Central passaram a trocá-la por cruzeiros com os devedores de impostos ao governo. Esse intercâmbio era vantajoso para ambos, uma vez que os cruzeiros poderiam ser utilizados para o pagamento de impostos até o dia 18 de maio, e restabelecia o nível de liquidez da economia. Ao perceber o que estava ocorrendo, o governo tentou conter esse processo, com a tentativa de instituir a cobrança do IOF sobre

a retirada dos recursos bloqueados. Porém, o Congresso não aprovou a medida.

Diante das críticas a respeito dos efeitos provocados pelo seqüestro dos ativos financeiros, o governo criou as chamadas “torneiras de liquidez”, com o objetivo de abastecer os setores com dificuldades financeiras. As “torneiras de liquidez” e o uso dos cruzados novos no pagamento de impostos numa escala muito maior que a imaginada foram restabelecendo aos poucos o nível de liquidez da economia. Segundo a equipe econômica, essa reposição da liquidez foi a responsável pelo índice de inflação de 3,29% em abril. Isso levou à uma mudança de rumo da política econômica. Em maio, os elementos heterodoxos do Plano Collor começaram a ser removidos, com o fim da prefixação e do congelamento. A base da nova estratégia passou a ser a política monetária restritiva e a recessão seria a forma de conter o processo inflacionário. Inicia-se, assim, a segunda fase do Plano Collor.

Com base no diagnóstico de que a inflação era provocada pelo excesso de demanda da economia, os novos pilares da política econômica passaram a ser o arrocho salarial e políticas monetária e fiscal restritivas. As medidas adotadas a partir de maio de 1990 foram uma maior restrição ao crédito para o setor público, o fim da zeragem automática das carteiras de títulos públicos, o aumento do compulsório e, a partir de julho, a cobrança de IOF sobre aplicações de curto prazo.

Apesar de registrar uma desaceleração em julho, a inflação volta a subir em agosto. Em resposta a esse recrudescimento inflacionário, as autoridades passaram a combater a reindexação dos salários e ampliaram a abertura às importações. Mesmo assim, a inflação continuou a crescer continuamente, atingindo, em janeiro de 1991, 20,21% (Oliveira, F. A. de, op.cit., pág. 23). O ano de 1990 fechou com uma taxa de inflação de 19,39% em dezembro e uma retração de 4,6% do PIB. Essa prova definitiva do fracasso do Plano Collor fez com que a equipe econômica lançasse, no final de janeiro de 1991, um novo plano de estabilização, conhecido como Collor II.

O objetivo principal do novo plano era conter o processo hiperinflacionário. Procurava, também, recuperar a efetividade da política econômica, sinalizar a intenção de aprofundar o ajuste fiscal e mostrava preocupação com a retomada dos investimentos e com a dívida social do Estado.

As bases sobre as quais estruturou-se o Plano Collor II eram: desindexação da economia, alterações nas regras de funcionamento do mercado financeiro, congelamento de preços e salários e criação de um novo pacote fiscal. Manteve-se ainda o compromisso de continuar com as políticas monetária e fiscal restritivas.

Em relação à desindexação, foram extintos o BTN e o BTN fiscal, a moeda que indexava a economia, e criou-se o Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), para facilitar a rolagem da dívida pública e a execução da política monetária. Assim, os agentes do mercado poderiam definir sua própria remuneração, com base em suas expectativas de inflação. Os preços de bens e serviços foram congelados por tempo indeterminado, enquanto os salários foram reajustados pela média dos últimos doze meses e congelados até junho. No plano fiscal, o governo instituiu um "tarifaço", que consistiu no aumento dos preços da gasolina, do álcool, do gás de cozinha, da energia elétrica, das tarifas telefônicas e dos serviços do Correio, e estabeleceu um novo pacote fiscal. Com o intuito de substituir a moeda indexada, foi criada a TR, para impedir a dolarização da economia e diminuir os riscos de hiperinflação.

Os efeitos do Plano Collor II, no que diz respeito à inflação, foram imediatos. A inflação caiu logo após adoção das medidas e manteve-se em um dígito de março a maio de 1991. Em maio, a Ministra Zélia Cardoso de Mello é substituída por Marcílio Marques Moreira. O novo ministro procura adotar uma política de liberalização dos preços, mas isso leva à um recrudescimento inflacionário. Em agosto, Marques Moreira retorna ao diagnóstico recessivo para conter o processo inflacionário. Em sua gestão, há avanços significativos nas negociações da dívida junto ao FMI e a bancos privados estrangeiros, com o intuito de não gerar expectativas negativas aos agentes econômicos a longo

prazo. No entanto, apesar do contexto externo favorável, a política recessiva, além de provocar forte contração na atividade econômica, não evita o crescimento da inflação. Esta atinge 23,56% em novembro.

Com o crescimento da inflação, a TR começa a apresentar valores bem abaixo da taxa de inflação. Como o câmbio estava atrelado à TR, houve uma valorização cambial que trouxe grandes perdas ao setor exportador. O governo sinalizou que entregaria o controle do câmbio ao mercado, o que acirrou a especulação no mercado cambial. Como resposta, o governo elevou as taxas de juros para promover a entrada de dólares, de forma a evitar uma crise cambial.

Durante o ano de 1992, a inflação manteve-se num patamar de 20% ao mês e a recessão aprofundou-se. Em setembro de 1992, num contexto de grande instabilidade econômica e política, ocorre o *impeachment* do Presidente Collor. O vice Itamar Franco assume, portanto, como Presidente. Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso assume como Ministro da Fazenda e lança o Programa de Ação Imediata (PAI). Esse programa procurava acabar com o desequilíbrio do setor público, identificado pela nova equipe econômica como a causa da inflação. As medidas incluídas nesse programa eram: cortes no orçamento federal para 1993, renegociações das dívidas dos Estados e Municípios junto ao governo federal, reorganização do relacionamento contábil entre o Banco Central e o Tesouro Nacional e renegociação da dívida externa do governo junto a bancos estrangeiros. Houve grande avanço com relação a essas metas nos primeiros seis meses de Fernando Henrique. No entanto, a inflação não mostrou sinais de arrefecimento.

A equipe econômica de FHC tomou consciência, então, que o ajuste fiscal agia sobre o déficit operacional, e não sobre o nominal. Para que a inflação fosse eliminada, seria necessário controlar o déficit orçamentário nominal. Após vários debates, optou-se por realizar essa tarefa através de um amplo programa de reforma monetária. Estavam lançadas as bases do Plano Real.

Em dezembro de 1993, foi lançado o F.S.E. (Fundo Social de Emergência). Este consistia num pacote com a finalidade de realizar um ajuste fiscal prévio à

estabilização. Incluía um corte de 20% nas verbas vinculadas (FAT, Fundo de Participação e Educação). Provocou uma sensível melhora no balanço de pagamentos e nas finanças públicas e constituiu-se na primeira fase de implementação do Plano Real. A finalidade dessa primeira etapa era mostrar que o governo era capaz de executar despesas sem precisar dos recursos gerados pela inflação.

Em primeiro de março de 1994, foi lançada a Unidade Real de Valor, ou URV. A URV funcionaria como uma nova moeda apenas com a função unidade de conta, com paridade próxima ao dólar, era um indexador diário, composto pela média de três índices inflacionários, com ponderação arbitrada pelo Banco Central. Só foram criadas regras de conversão para a URV no caso de salários, aluguéis, mensalidades escolares e tarifas públicas. Essa política possuía um risco elevado, pois o país ficaria sem âncora para a inflação. Qualquer choque externo causaria hiperinflação. O objetivo dessa segunda fase era alinhar os principais preços relativos da economia.

Em primeiro de julho de 1994, o Banco Central passou a emitir a URV como a nova moeda do país, agora sob a denominação de Real. A taxa de conversão passou a ser R\$1,00 = 1URV = CR\$2.750 (Cruzeiros Reais). A paridade máxima seria R\$1,00/ US\$1,00. O Banco Central só interviria caso o câmbio superasse esse valor, num sistema conhecido como banda assimétrica. Dessa forma, completou-se a reforma monetária proposta inicialmente.

Em 1º de janeiro, quando FHC assumiu a presidência da República, o sucesso do Plano Real em conter a inflação era incontestável. De fato, "... a inflação caíra abruptamente de algo como 45% ao mês na primeira metade de 1994, para 1 a 2% ao mês no fim do ano" (Bacha, E. " O Plano Real: uma avaliação" in Mercadante, A. " O Brasil Pós- Real: a política econômica em debate", Campinas, Unicamp/IE, 1997, pág. 40). No entanto, havia desequilíbrios que poderiam comprometer seu sucesso. Esse problema estava relacionado à combinação entre aumento salarial e apreciação cambial.

Houve um aumento real dos salários com a redução da inflação. Além disso, a indexação anual dos salários manteve-se por doze meses, baseada no novo índice de preços, o IPCr, que nos três primeiros meses do plano teve uma variação de 23% (Bacha, op.cit., pág.42). Por outro lado, as altas taxas de juros advindas da política monetária restritiva provocavam uma forte apreciação cambial. A combinação desses dois efeitos provocaram uma expansão da demanda que orientou-se para a importação. As conseqüências desse impacto foram um aumento do grau de utilização da capacidade na indústria e a deterioração do saldo comercial. A conjugação de pressões do lado da demanda e dos custos certamente levaria a um aumento da inflação. Para agravar a situação, o Brasil foi afetado pela crise mexicana em setembro de 1994, sofrendo grande perda de reservas internacionais.

Em 1997, o Brasil foi novamente afetado por uma crise internacional, desta vez pela crise asiática. Em ambas as ocasiões, foi realizado um grande aumento das taxas de juros, para evitar a fuga de capitais. No entanto, essa política de juros altos tem trazido grandes problemas, dentre os quais a desaceleração do crescimento econômico, a fragilização das contas externas e o crescimento do déficit público.

Capítulo 2:

Desempenho Bancário no Brasil nos Anos 90

Inicialmente, serão analisadas algumas variáveis que indicam o desempenho geral dos bancos. Considerando-se que a função básica dos bancos é captar e emprestar recursos, é importante estudar o comportamento dos depósitos e dos empréstimos.

Os depósitos totais cresceram até 1995. Após caírem em 1996, voltam a subir em 1997. Os bancos estaduais apresentam um crescimento ininterrupto de seus depósitos até 1997. O Banespa sofre queda em seus depósitos em 1993; depois de crescerem até 1996, caem novamente em 1997. Os empréstimos dos bancos estrangeiros caem até 1994 e crescem desse ano até 1997. Os depósitos dos bancos atacadistas sobem até 1993, decrescem até 1996 e voltam subir em 1997.

Tabela 2.1: Depósitos Totais (1991=100)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	100	132,4	154,6	159,8	200,7	198,0	244,8
Atacadistas	100	211,6	213,6	188,3	155,0	151,0	160,9
Estrangeiros	100	94,4	95,3	87,2	89,5	93,8	109,2
Banespa	100	217,6	151,7	184,0	252,3	279,0	175,7
Estaduais	100	184,0	271,1	200,3	240,4	314,8	357,6
B. do Brasil	100	113,0	128,2	278,7	378,2	290,6	329,4
Total	100	140,5	144,9	193,5	248,7	227,0	243,8

Os empréstimos subiram até 1995 e caíram nos dois anos seguintes. No entanto, esse resultado foi provocado pela forte queda dos empréstimos do Banco do Brasil em 1996 e 1997 e do Banespa em 1997. Os demais bancos, de uma forma geral, apresentaram crescimento em seus empréstimos durante todo o período.

Tabela 2.2: Empréstimos* (1991=100)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	100	113,5	140,3	188,5	221,9	241,9	283,7
Atacadistas	100	170,6	229,9	233,8	158,3	200,7	234,0
Estrangeiros	100	134,0	152,1	144,3	147,6	187,8	200,4
Estaduais	100	102,7	102,2	116,5	145,5	139,4	150,7
Banespa	100	127,9	131,4	129,6	165,7	195,4	25,6
B. do Brasil	100	125,0	136,3	163,7	138,0	91,6	82,2
Total	100	124,1	138,5	161,9	164,8	157,4	126,0

*= Operações de Crédito

Os bancos varejistas e os atacadistas aumentaram seus empréstimos para cada unidade de recurso captado após o Plano Real. No caso dos bancos estrangeiros, essa relação já veio crescendo desde 1991, para sofrer uma leve queda em 1997. Para os bancos estaduais, essa relação caiu até 1993, recuperou-se em 1994 e 1995 e voltou a decrescer nos dois anos seguintes. O Banco do Brasil e o Banespa reduziram fortemente seus empréstimos em relação a seus depósitos durante o período, principalmente o Banespa em 1997.

Tabela 2.3: Empréstimos/Depósitos

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	0,61	0,52	0,55	0,72	0,67	0,74	0,71
Atacadistas	0,52	0,42	0,56	0,64	0,53	0,69	0,75
Estrangeiros	0,50	0,71	0,80	0,82	0,82	1,00	0,92
Banespa	1,56	0,92	1,35	1,10	1,02	1,09	0,23
Estaduais	1,60	0,89	0,60	0,93	0,97	0,71	0,68
B. do Brasil	1,67	1,84	1,77	0,98	0,61	0,53	0,42
Total	1,06	0,94	1,01	0,89	0,70	0,74	0,55

Tabela 2.4: Patrimônio Líquido (1991=100)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	100	108,6	109,0	104,5	128,4	140,6	141,9
Atacadistas	100	96,5	99,5	112,6	128,2	148,9	158,4
Estrangeiros	100	99,3	93,0	101,0	109,7	97,0	113,1
Banespa	100	107,2	111,0	71,7	74,6	113,9	170,6
Estaduais	100	107,5	110,4	108,1	122,1	121,6	118,7
B. do Brasil	100	121,9	119,3	75,1	39,4	58,2	58,1
Total	100	113,3	112,7	89,3	85,2	101,8	108,4

O patrimônio líquido, que reflete o montante de recursos próprios que o

banco possui, reduziu-se logo após a implementação do Plano Real e recuperou-se a partir daí. No caso dos bancos atacadistas e estrangeiros, essa queda ocorreu já em 1992, seguida pela recuperação.

Logo após a implantação do Plano Real, em 1994, os recursos externos caíram sensivelmente, recuperando-se nos anos seguintes. Os bancos estaduais tiveram um aumento de mais de 1.400% em seus recursos externos em 1992, já que o BRB tinha recursos externos nulos em 1991 e os recursos externos do BESC aumentaram expressivamente. Os recursos externos captados pelo Banco do Brasil subiram até 1993 e decresceram até 1997.

Tabela 2.5: Recursos Externos* (1991=100)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	100	203,3	358,2	255,2	369,4	455,9	509,3
Atacadistas	100	227,9	352,6	242,0	246,6	192,0	358,8
Estrangeiros	100	124,4	136,4	71,5	96,4	59,0	78,2
Banespa	100	135,9	184,6	97,1	105,8	107,1	118,3
Estaduais	100	1546,0	2164,4	1570,8	2503,4	5915,6	4221,4
B. do Brasil	100	256,4	370,6	293,8	158,0	165,4	147,1
Total	100	181,3	267,2	182,9	199,4	212,8	241,1

*= Empréstimos do Exterior + Obrigações por Repasses do Exterior

Conseqüentemente, a proporção dos recursos externos dentro do passivo total aumentou até 1993 e manteve-se num patamar inferior nos anos posteriores ao Plano Real.

Tabela 2.6: Recursos Externos/Passivo Total

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	6,1	10,3	14,7	12,1	12,9	13,7	13,4
Atacadistas	11,0	14,1	20,1	14,2	15,5	8,2	13,2
Estrangeiros	28,4	32,6	31,8	20,5	25	14,6	14,3
Banespa	6,9	7,3	9,8	3,8	2,7	2,4	3,1
Estaduais	0,2	1,4	1,7	1,4	1,7	3,9	2,6
B. do Brasil	1,7	4,4	6,4	6,4	3,6	4,0	2,9
Total	5,0	8,2	11,2	8,7	8,0	7,9	8,0

A proporção dos repasses totais dentro do passivo total declinou após o Plano Real. No caso dos bancos varejistas, essa relação aumentou em 1992 e

manteve-se no mesmo patamar até 1997.

Tabela 2.7: Repasses Totais*/Passivo Total (em %)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	2,4	4,1	3,9	4,9	5,1	5	4,6
Atacadistas	1,2	7,7	13,3	10,1	12,6	3,5	3,7
Estrangeiros	4,9	8,2	8,5	8,3	10	5,7	6,8
Banespa	27,1	22,6	19,4	1,8	1,1	0,8	0,7
Estaduais	25,9	22,6	16,0	9,9	8,8	9,4	9,4
B. do Brasil	12,1	14,9	16,6	18,2	9,7	8,6	7,8
Total	10,7	12,4	12,5	10,5	6,3	5,1	5,1

*=Obrigações por Repasses do País (l. O.) + Obrigações por Repasses do Exterior

Em seguida, será avaliado o comportamento dos bancos no que concerne à rentabilidade, que é o ponto central do trabalho. Após subir até 1993, o lucro operacional dos bancos da amostra caiu em média 16% ao ano até 1997; a taxa de retorno (lucro operacional/patrimônio líquido) teve o mesmo comportamento.

Tabela 2.8: Lucro Operacional (em R\$ mil, a valores constantes de 1997)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas							
Bradesco	1.935.990	4.106.472	4.866.724	2.127.207	768.867	917.632	956.213
Itaú	1.705.557	2.139.466	2.211.749	1.068.269	624.573	761.182	818.609
Unibanco	311.038	294.578	702.619	559.206	285.598	433.127	543.690
Real	84.478	145.502	698.336	152.800	200.971	603.013	303.008
Total do Grupo	4.037.063	6.686.018	8.479.428	3.907.482	1.880.009	2.714.954	2.621.520
Atacadistas							
Safra	238.615	161.981	980.552	344.958	198.457	227.969	163.091
Cidade	34.180	30.610	174.461	46.301	36.570	28.767	34.017
Total do Grupo	272.795	192.591	1.155.013	391.259	235.027	256.736	197.108
Estrangeiros							
Sudameris	99.680	177.358	142.379	112.952	158.546	69.850	23.321
Lloyds Bank	108.359	35.400	277.933	-10.102	-33.664	-27.397	-12.626
Citibank	-223.056	231.644	359.151	185.330	21.204	127.723	158.741
Total do Grupo	-15.017	444.402	779.463	288.180	146.086	170.176	169.436
Públicos Federais							
Banco do Brasil	1.225.392	1.509.326	2.206.753	-189.818	-4.942.501	-7.978.847	514.337
Públicos Estaduais							
BRB	249.644	299.070	161.083	226.847	-9.536	-32.085	11.262
BESC	191.596	254.288	382.540	81.333	77.669	42.561	45.080
Total do Grupo	441.240	553.358	543.623	308.180	68.133	10.476	56.342
Banespa	694.102	-333.401	220.084	-68.862	177.322	1.819.229	3.258.100
Total	6.657.566	9.054.286	13.386.357	4.638.415	-2.433.929	-3.005.280	6.818.840

O aumento extraordinário de em média 620% ao ano do lucro operacional dos estrangeiros até 1993 deve-se principalmente à recuperação do Citibank, que teve grande prejuízo em 1991 e obteve bons lucros em 1992 e 1993. O Banespa veio mostrando fracos resultados até que, em 1994, teve sérios problemas de liquidez e foi colocado sob intervenção do Bacen. Os bons resultados obtidos em 1996 e 1997 indicam o sucesso das medidas de saneamento adotadas pelo Bacen. O Banco do Brasil, assim como os demais bancos, foi fortemente afetado em 1994 com a perda das receitas do *floating*. No entanto, o acentuado crescimento de seus créditos em liquidação deteriorou seu resultado bruto da intermediação financeira, contribuindo para seus grandes prejuízos no período 1994/1996.

O *spread* variou de maneira muito semelhante à do lucro operacional. Realizou movimento ascendente até a implantação do Plano Real e depois decresceu. Os bancos estrangeiros sofreram forte queda do *spread* já em 1993, tendo como causa principal o resultado negativo obtido pelo Citibank. Como os bancos estrangeiros tiveram seu lucro aumentado em 1993, deduz-se que suas fontes de receita neste ano deram-se fora da intermediação financeira. A relação entre *spread* e empréstimos comportou-se de maneira semelhante.

Tabela 2.9: Lucro Operacional/Patrimônio Líquido (em %)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	19	25,1	24,9	25,2	14,4	19,3	18,5
Atacadistas	22,3	15,3	56,7	37,7	27,4	26,2	19
Estrangeiros	-0,7	18,7	27,5	26,8	13,4	17,9	15,3
Estaduais	52,0	52,6	39,5	48,0	13,7	2,2	11,9
Banespa	14,2	-5,5	2,8	-2,8	10,1	69,1	82,9
B. do Brasil	5,6	4,9	5,7	-1,6	-118,9	-132,2	8,6
Total	12,8	13,3	15,4	14,6	-11,4	-11,9	25,5

A melhora da rentabilidade bancária até 1993 foi impulsionada pela aceleração inflacionária. É importante assinalar, no entanto, que o resultado de 1992 foi afetado pela Lei 8.200 e pela Circular 2.224/92 do Banco Central, que permitiu a correção monetária dos lucros do primeiro semestre do ano. Em 1994,

os lucros foram negativamente afetados pela perda dos ganhos inflacionários, mas esse impacto foi absorvido pelo resultado do primeiro semestre do ano. Em 1995, os bancos ainda ressentem-se com a perda do *floating*, mas apresentam uma performance razoável, ainda mais considerando-se o fraco desempenho da economia em 1995. Nos dois anos seguintes, a rentabilidade permanece estável.

Tabela 2.10: Spread Creditício* (em R\$ mil, a valores constantes de 1997)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas							
Bradesco	4.553.429	7.147.837	8.035.124	3.830.980	2.290.179	2.462.400	2.329.384
Itaú	3.310.594	4.486.634	8.478.568	3.401.726	2.058.191	1.351.243	1.185.053
Unibanco	1.081.700	1.515.636	3.647.970	1.598.199	1.185.820	1.711.068	1.469.735
Real	1.019.219	1.073.201	2.162.868	1.231.575	908.997	1.364.131	1.071.130
Total do Grupo	9.964.942	14.223.308	22.324.530	10.062.480	6.443.187	6.888.842	6.055.302
Atacadistas							
Safra	346.595	424.824	1.923.001	618.530	349.387	247.689	413.752
Cidade	94.444	93.678	314.388	169.198	113.232	88.649	76.385
Total do Grupo	441.039	518.502	2.237.389	787.728	462.619	336.338	490.137
Estrangeiros							
Sudameris	400.828	387.542	9.114	390.787	434.689	357.872	367.984
Lloyds Bank	234.746	146.751	406.770	220.710	96.347	61.346	52.965
Citibank	-76.846	113.202	-144.521	304.995	147.236	99.242	244.976
Total do Grupo	558.728	647.495	271.363	916.492	678.272	518.460	665.925
Públicos Federais							
Banco do Brasil	10.757.909	9.822.565	17.591.365	10.026.502	791.893	-3.245.912	1.311.617
Públicos Estaduais							
BRB	565.955	659.108	1.022.058	519.932	254.089	125.273	134.391
BESC	397.663	723.394	1.000.280	518.412	329.051	191.671	185.841
Total do Grupo	963.618	1.382.502	2.022.338	1.038.344	583.140	316.944	320.232
Banespa	4.785.182	5.974.317	7.784.770	4.677.495	2.717.723	4.192.083	5.663.180
Total	27.473.409	32.570.681	52.233.748	27.511.035	11.678.829	9.008.751	14.508.390

*=Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Tabela 2.11: Spread/Empréstimos (em %)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	33,6	36,6	36,5	25,7	20,4	20,3	15,3
Atacadistas	18,8	11,4	22,8	18,3	20,9	12,2	15,3
Estrangeiros	10,2	7,7	2,2	19,6	17,5	10,7	12,9
Banespa	16,7	14,2	14,1	18,0	12,0	15,9	164,8
Estaduais	50,2	60,8	70,1	66,3	43,5	25,1	23,5
B. do Brasil	18,3	11,6	15	14,9	2	-12,8	5,8
Total	21,7	18	20,2	19,3	11,6	9,5	19,2

Em suma, o sistema bancário brasileiro parece ter adaptado-se à

economia estabilizada. A seguir, procurar-se-á analisar elementos que possam explicar como os bancos conseguiram adaptar-se à perda dos ganhos inflacionários. Inicialmente, será estudada a estrutura de receitas.

A primeira hipótese é a de que os bancos buscaram novas fontes de lucro nas operações de crédito. “De fato, em um ambiente de estabilidade de preços, esta tende a ser a fonte de receitas mais relevante para os bancos” (Revista Conjuntura Econômica, junho 95, pág. 31).

A expansão das operações de crédito foi fortemente limitada pelo crescimento dos níveis de inadimplência, causados com o aumento dos juros em 1995, e pela aumento do compulsório, que ocorreu no mesmo ano. Todos os bancos apresentaram forte aumento dos créditos em liquidação, indicando problemas com inadimplência.

Tabela 2.11: Créditos em Liquidação*/Empréstimos (em %)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	3,5	2,5	2,3	3,9	7,3	5	3,5
Atacadistas	1,1	1	1,4	4,5	8,4	5	2,7
Estrangeiros	3	1,4	0,7	2,6	7,3	5,7	5,7
Estaduais	2,1	0,002	5,1	3,5	4,4	4,4	39,1
Banespa	2,0	0,91	0,8	1,6	6,8	11,7	12,2
B. do Brasil	2,7	1,9	1,4	3,9	13,3	24,8	47,7
Total	2,7	1,5	2,3	3,8	9	10,3	18,7

*=Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Tabela 2.12: Receitas com Prestação de Serviços (1991=100)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	100	138,5	348,1	220,4	264,6	342,3	389,4
Atacadistas	100	164,7	324,4	1.336,7	950,1	827,1	558,9
Estrangeiros	100	161,2	216,9	174,6	76,0	103,1	116,2
Estaduais	100	221,5	483,0	392,8	413,1	440,6	553,9
Banespa	100	142,6	176,3	343,4	315,5	305,4	309,5
B. do Brasil	100	115,0	510,3	284,4	342,2	396,5	420,4
Total	100	134,6	377,6	263,2	291,0	349,2	380,6

A segunda suposição é a de que houve grande aumento das receitas com prestação de serviços bancários. Após subirem até 1993 e apresentarem uma

queda em 1994, as receitas com prestação de serviços subiram de 1995 em diante. Esse resultado provém do aumento das tarifas bancárias.

Em seguida, será avaliada a estrutura de despesas. Os bancos registraram forte queda tanto em suas despesa operacionais quanto em suas despesas administrativas após o Plano Real. No entanto, a queda nas despesa operacionais foi maior que a das despesas administrativas, de modo que estas últimas aumentaram sua proporção dentro das despesa operacionais. Logo, diminuiu o peso das perdas associadas às operações financeiras.

Tabela 2.13: Despesas Administrativas/Despesa Operacionais (em %)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	18,2	11,3	30,5	24,0	46,4	42,6	45,2
Atacadistas	7,0	3,6	2,6	32,3	30,2	27,7	25,8
Estrangeiros	5,4	4,3	4,9	50,9	19,2	19,7	17,6
Estaduais	20,9	21,8	38,4	43,2	57,5	48,3	49,1
Banespa	15,4	12,7	12,9	48,3	22,8	19,6	16,7
B. do Brasil	24,1	19,8	72,9	64,7	40,5	33,5	38,9
Total	18,3	13,5	28,2	40,3	38,0	33,3	34,6

Todos os bancos ampliaram sensivelmente seus depósitos à vista, tanto em termos absolutos quanto em proporção aos depósitos totais. A partir de 1994, o crescimento anual médio dos depósitos à vista foi de 43,5%.

Sendo os depósitos à vista uma fonte de captação mais barata, vê-se que os bancos baratearam sua estrutura passiva numa tentativa de reduzirem seus custos de captação e manterem seu patamar de rentabilidade.

Tabela 2.11: Depósitos à Vista/ Depósitos Totais (em %)

Bancos:	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Varejistas	18	10	6	16,6	15,1	12,1	16,9
Atacadistas	3,3	0,8	0,4	1,1	0,6	0,9	3,1
Estrangeiros	2,8	19,5	1,3	5,1	3,4	4,1	8,7
Estaduais	43,2	22,4	8,6	38,7	25,7	23,6	25,1
Banespa	15,2	5,4	7,3	13,8	11,6	10,7	18,0
B. do Brasil	20,2	14,2	9,5	14	10,6	9,1	16,9
Total	16,4	10	6,5	14,1	11,9	10,2	16,4

Capítulo 3:

Conclusão

Desde o início da década de 90 até meados de 1994, a lucratividade bancária era empurrada sobretudo pela aceleração inflacionária. Os ganhos inflacionários são conhecidos como *floating* e geravam-se a partir de recursos ociosos de terceiros. Esses recursos eram aplicados pelos bancos e, após certo período, eram repassados a seus credores finais sem correção monetária. Esse mecanismo proporcionava grandes lucros ao sistema bancário.

Com a implantação do Plano Real e o conseqüente fim da inflação, o lucro bancário foi negativamente afetado com a perda do *floating*. No entanto, os bancos conseguiram manter uma boa performance através da criação de fontes alternativas de lucro. Essas novas fontes foram, principalmente, as operações de crédito e a prestação de serviços bancários.

Em 1994, os empréstimos registraram um aumento significativo com relação a 1993. No entanto, a partir de 1995, os aumentos das operações de crédito foram menores, devido ao crescimento dos riscos de inadimplência. Os bancos, principalmente os varejistas, mantiveram sua estratégia de utilizar as operações de crédito como nova fonte de lucros. Mas, com o aumento da inadimplência, passaram a fazê-lo com muito mais cautela. “A mudança estrutural, na verdade, ocorreu em 1994, quando o total das operações de crédito cresceu 53%. Em 1995, em função da desaceleração do ritmo crescimento econômico e da maior cautela dos bancos face aos riscos de inadimplência, o crescimento em relação ao ano anterior foi de apenas 7%” (Revista Conjuntura Econômica, junho de 1996, pág. 36). O aumento do compulsório em 1995 também atuou como fator limitante das operações de crédito.

O crescimento das receitas geradas pela prestação de serviços bancários deu-se através do aumento das tarifas bancárias. Serviços que nos tempos da

alta inflação eram oferecidos gratuitamente passaram a ser cobrados. Dessa forma, as receitas geradas pela prestação de serviços bancários aumentou sensivelmente sua participação no total das receitas geradas. "(Em 1994) destaca-se o aumento da receita de prestação de serviços, que passou de 6,9% para 16,7% das receitas totais, refletindo, em grande medida, o aumento das tarifas bancárias" (Revista Conjuntura Econômica, junho de 1995, pág. 31).

O corte nas despesas administrativas não foi um dos fatores utilizados pelo sistema bancário para manter seu nível de lucratividade. De fato, a partir da implantação do Plano Real, o total empregado pelo sistema bancário reduziu-se significativamente. Os fatores que colaboraram para que isso ocorresse foram o avanço da terceirização, a evolução tecnológica, a queda no volume de alguns serviços bancários e a necessidade de reduzir despesas, com a eliminação das receitas do *floating*.

Tabela 3.1: Total Empregado no Sistema Bancário

Período:	Dez./94	Dez./95	Dez./96	Dez./97
Total Empregado:	571.285	558.692	497.102	463.330

Fonte: Ministério do Trabalho – Secretaria de Políticas de Emprego e Salário

No entanto, as despesas administrativas não sofreram redução significativa após o Plano Real. Os gastos em automação e qualificação dos recursos humanos levou os bancos à manterem suas despesas administrativas mesmo operando com um número menor de funcionários.

A participação do sistema financeiro na economia cresceu até 1993 e passou a declinar após 1994, com a implantação do Plano Real. Isso não significa que os bancos entraram em declínio, mas sim que adaptaram-se à nova realidade de uma economia sem inflação.

Tabela 3.2: Participação do Setor Financeiro no PIB (em %)

1991	1992	1993	1994	1995	1996
10,53	12,13	15,61	12,37	6,94	4,70

Fonte: IBGE/ANDIMA

No período de alta inflação, os agentes possuíam algum tipo de poupança, para evitar que a moeda perdesse seu poder de compra. A concentração de recursos nos bancos era muito grande, e isso exigia que o sistema bancário possuísse uma grande estrutura. Os lucros obtidos com a inflação sustentavam os custos dessa estrutura e permitiam que os bancos oferecessem uma grande quantidade de serviços gratuitamente. “Os ganhos inflacionários (...) permitiam que os bancos não só assumissem os custos dessa super-estrutura, mas também se transformassem em verdadeiros supermercados de serviços, na maioria gratuitos, para manter a fidelidade dos clientes” (Revista Suma Econômica, outubro de 1996, pág.3). Hoje, com a inflação sob controle, não há mais recursos para isso e nem mais essa estrutura é necessária.

Tabela 3.3: Principais Aquisições, Fusões e Incorporações Ocorridas no Sistema Bancário (em 1997 e até abril de 1998)

Instituições:	Alterações:
Banco América do Sul	Aquisição do Sudameris
Banco Bandeirantes	Aquisição do banco português Caixa Geral de Depósitos
Banco Banerj	Aquisição do Itaú
Banco BCN	Aquisição do Bradesco
Banco Boavista	Fusão com o Inter - Atlântico
Banco de Crédito Real de MG	Incorporado ao Bradesco
Banco Del Rey de Investimentos	Incorporado ao Bandeirantes
Banco Digibanco	Incorporado ao Pontual
Banco Excel	Aquisição de 55,45% do capital pelo Bilbao Vizcaya
Banco Geral do Comércio	Aquisição do Santander
Banco Graphus	Aquisição do Robert Flemings
Banco Itamarati	Incorporado ao BCN (Bradesco)
Banco Meridional do Brasil	Aquisição do Bozano, Simonsen
Banco Multiplic	Incorporado ao Lloyds Bank
Banco Norchem	Incorporado ao Chase Manhattan
Banco Noroeste	Aquisição do Sntander
Banco Português do Atlântico Brasil	Incorporado ao Wachovia

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, vol. 52, nº 6, junho de 1998, pág. 29

Durante toda a década de 90, o sistema bancário brasileiro vem aumentando seu grau de concentração. A estabilização não foi, portanto, o elemento que desencadeou esse processo. No entanto, as instituições de pequeno porte foram as que tiveram maiores prejuízos com a estabilização. Isso significa que a estabilização exigiu maior escala para a maximização dos resultados e o mercado deveria responder com fusões e associações, como de fato ocorreu.

Pela análise dos bancos que fazem parte da amostra desse trabalho (ver Anexo Estatístico), observa-se um aumento da participação do passivo dos maiores bancos (varejistas) dentro do passivo total, o que confirma a tese a respeito da concentração do sistema bancário brasileiro.

Tabela 3.4: Participação do Passivo dos Varejistas no Passivo Total (em %)

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
24,2	26,5	30,3	29,7	34,1	36,4	37,6

Pela Tabela 3, nota-se o crescimento da presença de bancos estrangeiros no sistema bancário brasileiro. De fato, o acesso à fontes de recursos externos passou a ser uma importante vantagem competitiva. Nesse aspecto, os bancos estrangeiros foram beneficiados com relação aos demais bancos.

É importante ressaltar, no entanto, que a análise realizada até o momento levou em conta apenas as instituições que permaneceram no mercado. Várias instituições bancárias tiveram sua liquidação decretada pelo Banco Central, como mostra a Tabela 5.

Finalmente, seria interessante analisar o efeito aparentemente ambíguo da taxa de juros sobre a lucratividade bancária. Durante o período de alta inflação, no qual os bancos tinham nos ganhos inflacionários sua principal fonte de lucro, taxas de juros mais altas significavam maior rentabilidade das aplicações que os bancos realizavam com recursos ociosos de terceiros. Uma diminuição dos juros implicava em menores taxas de aplicação e, portanto, em menor rentabilidade.

“Seja como for, o aumento real de cerca de 13% registrado pelo lucro operacional dos 100 Maiores Bancos (...) pode ser creditado, em parte, à elevação das taxas de juros, que tendem a ensejar um aumento dos *spreads* entre a captação e a aplicação de recursos (...)” (Revista Conjuntura Econômica, junho de 1993, pág. 35). No entanto, com a estabilização pós-Plano Real, a lucratividade bancária passou a calcar-se principalmente nas operações de crédito. Assim sendo, um aumento dos juros torna-se prejudicial aos lucros bancários, ainda que nessa situação os bancos passem a ter maiores ganhos com aplicações em títulos e valores mobiliários. Juros altos limitam a demanda por empréstimos e elevam os riscos de inadimplência, forçando os bancos a fazerem grandes provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Tabela 3.5: Bancos em processo de liquidação decretada pelo Banco Central entre 1995 e 1996

Banco	Regime
Banco Open SA	Liquidação extrajudicial
Banco Comercial Bancesa SA	Liquidação extrajudicial
Banco São Jorge	Liquidação extrajudicial
Banco Rosa SA	Liquidação extrajudicial
Banco Agrimisa SA	Liquidação extrajudicial
BIG SA Banco Irmãos Guimarães	Liquidação extrajudicial
BFC Banco SA	Liquidação extrajudicial
Banco GNPP SA	Liquidação extrajudicial
Banco Investcorp SA	Liquidação extrajudicial
Banco Dracma SA	Liquidação extrajudicial
BFI	Liquidação extrajudicial
Banco Universal SA	Liquidação extrajudicial
Banco Comercial de São Paulo SA	Liquidação ordinária
Banco Econômico SA	Liquidação extrajudicial
Banco Mercantil SA	Liquidação extrajudicial
Banco Nacional SA	Liquidação extrajudicial
Banco Banorte SA	Liquidação extrajudicial
Banco Interunion SA	Liquidação extrajudicial

Fonte: Revista Conjuntura Econômica, vol. 51, nº 6, junho de 1997

Anexo Estadístico

		1.1.1. Bradesco		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	1.909.163	25.536.299	759.805	3.068.478
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.092.234	18.576.671	1.573.383	742.462
Títulos e Valores Mobiliários	124.339	38.179.224	701.464	1.593.764
Operações de Crédito	2.663.228	38.628.234	1.249.633	7.402.479
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-124.141	-1.362.579	-32.449	-362.006
Operações de Arrendamento Mercantil	16.106	518.018	19.623	35.716
Patrimônio Líquido	2.168.823	31.063.670	876.783	3.667.640
Depósitos	4.838.192	77.632.519	2.397.615	10.411.782
Depósitos a Vista	1.037.298	8.693.472	175.007	2.072.665
Captações no Mercado Aberto	143.586	12.056.548	1.145.385	777.682
Obrigações por Empréstimos	298.432	6.352.790	352.162	899.468
Empréstimos no Exterior	298.432	6.244.709	350.551	897.917
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	112.035	5.068.558	150.318	777.956
Obrigações por Repasse do Exterior	4.762	1.053.391	59.824	209.218
Passivo Total	9.986.745	155.820.834	5.550.225	18.307.561
Receitas da Intermediação Financeira	4.255.394	85.418.656	2.569.096	10.932.050
Operações de Crédito	2.721.313	39.110.989	1.217.443	5.560.639
Operações de Arrendamento Mercantil	16.125	468.286	23.659	73.119
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	599.562	31.470.728	882.405	3.740.986
Aplicações Compulsórias	617.813	7.956.722	275.596	1.038.814
Resultado de Câmbio	300.497	6.411.931	169.992	518.492
Despesas da Intermediação Financeira	-3.220.822	-67.695.592	-2.130.034	-9.023.781
Captação no Mercado	-2.991.738	-61.029.741	-1.860.814	-7.836.319
Empréstimos, Cessões e Repasses	-90.011	-5.263.060	-235.407	-810.558
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-137.845	-1.357.240	-33.222	-372.672
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.034.572	17.723.064	439.061	1.908.269
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-594.701	-7.541.067	-173.131	-848.675
Receitas de Prestação de Serviços	76.606	1.464.722	35.415	371.864
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	62.779	1.098.086	78.054	369.271
Despesas de Pessoal	-448.798	-5.532.186	-162.505	-1.028.271
Outras Despesas Administrativas	-306.856	-3.343.447	-78.487	-666.759
Saldo das Demais Contas	21.568	-1.228.242	-45.608	105.220
Resultado Operacional	439.871	10.181.998	265.931	1.059.594
Lucro Líquido	173.916	3.579.816	120.350	445.712

	1.995	1.996	1.997
Permanente	3.976.613	3.228.081	5.156.279
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.737.011	7.547.608	4.768.603
Títulos e Valores Mobiliários	1.224.488	3.849.751	6.443.679
Operações de Crédito	10.754.720	11.435.466	16.701.065
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-696.651	-426.867	-356.220
Operações de Arrendamento Mercantil	24.370	13.324	259
Patrimônio Líquido	4.842.092	5.460.211	5.572.745
Depósitos	14.882.496	14.837.744	21.195.163
Depósitos a Vista	2.673.883	2.303.306	4.851.437
Captações no Mercado Aberto	3.774.637	6.215.074	5.346.891
Obrigações por Empréstimos	1.721.891	3.001.341	4.171.393
Empréstimos no Exterior	1.721.891	2.999.264	4.171.393
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	1.294.544	1.690.070	2.058.717
Obrigações por Repasse do Exterior	651.967	1.036.494	763.215
Passivo Total	28.866.087	34.330.967	42.332.411
Receitas da Intermediação Financeira	5.086.620	6.965.971	6.364.261
Operações de Crédito	4.068.424	4.606.091	4.307.917
Operações de Arrendamento Mercantil	30.616	18.567	16.376
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	548.113	1.799.391	1.338.475
Aplicações Compulsórias	243.391	224.905	316.268
Resultado de Câmbio	88.493	317.017	385.225
Despesas da Intermediação Financeira	-3.176.303	-4.684.106	-4.034.877
Captação no Mercado	-1.939.637	-2.811.107	-2.309.170
Empréstimos, Cessões e Repasses	-52.787	-745.514	-1.026.054
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.174.308	-1.121.749	-691.388
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.910.317	2.281.865	2.329.384
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-1.268.979	-1.431.511	-1.373.171
Receitas de Prestação de Serviços	927.846	1.037.541	1.304.288
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	485.018	736.351	806.370
Despesas de Pessoal	-1.568.917	-1.701.736	-1.704.378
Outras Despesas Administrativas	-1.209.222	-1.453.718	-1.628.847
Saldo das Demais Contas	96.296	-49.949	-150.604
Resultado Operacional	641.338	850.354	956.213
Lucro Líquido	540.119	824.493	830.512
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		1.1.2.Itaú		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	1.612.321	20.642.072	555.481	2.197.900
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.195.963	16.675.828	1.069.570	1.253.160
Títulos e Valores Mobiliários	295.400	20.061.429	326.902	735.043
Operações de Crédito	2.206.019	28.036.212	931.086	5.285.423
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-76.907	-785.514	-25.672	-199.732
Operações de Arrendamento Mercantil	7.147	39.694	/	18.348
Patrimônio Líquido	1.715.890	22.543.489	638.771	2.574.780
Depósitos	3.141.370	51.427.141	1.743.749	7.761.074
Depósitos a Vista	663.302	6.212.327	112.158	1.471.878
Captações no Mercado Aberto	681.211	7.019.397	481.682	197.906
Obrigações por Empréstimos	295.100	10.309.232	552.095	1.328.719
Empréstimos no Exterior	295.100	10.262.262	551.460	1.327.436
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	263.010	3.989.613	107.157	514.793
Obrigações por Repasse do Exterior	2.611	25.741	164	108
Passivo Total	8.217.227	106.749.159	3.944.750	13.945.792
Receitas da Intermediação Financeira	3.132.250	56.547.495	490.732	4.490.507
Operações de Crédito	2.124.565	27.183.733	178.095	1.963.744
Operações de Arrendamento Mercantil	10.706	50.811	-54	385
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	604.825	24.520.171	14.086	1.349.551
Aplicações Compulsórias	373.987	4.792.780	19.195	205.492
Resultado de Câmbio	/	/	/	120.202
Despesas da Intermediação Financeira	-2.380.059	-45.422.885	-27.440	-2.796.056
Captação no Mercado	-2.054.113	-40.572.226	6.856	-2.546.649
Empréstimos, Cessões e Repasses	-243.943	-3.952.615	-9.940	-131.615
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-74.519	-771.071	-7.929	-117.792
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	752.191	11.124.610	463.292	1.694.451
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-364.676	-5.819.804	-342.435	-1.162.330
Receitas de Prestação de Serviços	102.898	1.243.116	93.700	456.209
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	99.016	1.177.670	85.550	230.117
Despesas de Pessoal	-287.473	-3.423.296	-206.965	-853.515
Outras Despesas Administrativas	-246.678	-3.026.768	-216.272	-886.201
Saldo das Demais Contas	-32.439	-1.790.526	-98.448	-108.940
Resultado Operacional	387.515	5.304.806	120.856	532.121
Lucro Líquido	158.819	2.770.270	85.126	320.167

	1.995	1.996	1.997
Permanente	2.807.552	4.480.924	4.656.285
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.187.306	5.913.810	8.881.410
Títulos e Valores Mobiliários	1.248.044	1.391.400	4.483.184
Operações de Crédito	6.416.431	7.464.172	8.389.398
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-490.604	-474.852	-314.008
Operações de Arrendamento Mercantil	14.123	7.297	2.760
Patrimônio Líquido	3.371.327	3.847.897	4.203.470
Depósitos	9.863.463	12.354.869	18.394.662
Depósitos a Vista	1.578.945	1.444.477	2.792.704
Captações no Mercado Aberto	924.406	3.382.894	4.350.579
Obrigações por Empréstimos	2.423.785	3.278.189	4.649.554
Empréstimos no Exterior	2.423.785	3.277.137	4.649.554
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	658.177	665.677	624.192
Obrigações por Repasse do Exterior	/	72.264	26.435
Passivo Total	19.929.294	25.930.891	36.205.075
Receitas da Intermediação Financeira	3.939.073	3.870.776	3.876.024
Operações de Crédito	2.923.297	2.759.383	2.664.156
Operações de Arrendamento Mercantil	2.224	2.804	797
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	765.654	942.366	940.428
Aplicações Compulsórias	68.924	173.159	251.751
Resultado de Câmbio	110.163	-6.936	18.892
Despesas da Intermediação Financeira	-2.222.265	-2.618.601	-2.690.971
Captação no Mercado	-1.270.686	-1.571.637	-2.012.592
Empréstimos, Cessões e Repasses	-70.548	-263.353	-252.775
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-881.031	-783.611	-425.604
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.716.808	1.252.175	1.185.053
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-1.195.830	-546.800	-366.444
Receitas de Prestação de Serviços	862.193	1.348.871	1.629.621
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	228.671	382.867	582.477
Despesas de Pessoal	-1.116.181	-1.192.918	-1.173.397
Outras Despesas Administrativas	-1.063.307	-1.231.520	-1.375.484
Saldo das Demais Contas	-107.206	145.900	-29.661
Resultado Operacional	520.978	705.375	818.609
Lucro Líquido	373.691	593.452	720.474
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		1.1.3.Unibanco		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	553.973	7.551.120	203.756	909.816
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	590.718	29.613.878	598.137	994.879
Títulos e Valores Mobiliários	96.630	1.527.558	122.798	1.514.181
Operações de Crédito	1.481.074	22.771.444	910.379	4.715.262
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-28.596	-129.285	-11.840	-108.792
Operações de Arrendamento Mercantil	4.948	32.222	509	3.323
Patrimônio Líquido	567.649	7.474.563	208.349	943.523
Depósitos	1.786.142	31.562.092	1.187.420	5.222.715
Depósitos a Vista	137.842	1.890.166	36.659	452.428
Captações no Mercado Aberto	79.226	12.828.238	56.845	177.791
Obrigações por Empréstimos	594.615	12.538.261	594.429	2.183.459
Empréstimos no Exterior	499.750	12.408.404	592.776	2.177.839
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	171.504	2.938.916	86.728	520.160
Obrigações por Repasse do Exterior	3.377	464.584	14.347	175.058
Passivo Total	4.028.972	77.457.279	2.364.938	10.580.942
Receitas da Intermediação Financeira	1.963.706	38.875.271	320.164	1.329.094
Operações de Crédito	1.248.823	18.767.519	91.600	736.610
Operações de Arrendamento Mercantil	8.822	57.430	3.146	2.593
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	494.015	17.186.042	52.730	339.635
Aplicações Compulsórias	212.046	2.864.280	17.360	36.493
Resultado de Câmbio	/	/	/	/
Despesas da Intermediação Financeira	-1.717.936	-35.117.251	-120.829	-533.007
Captação no Mercado	-1.367.586	-29.275.659	-73.403	-493.677
Empréstimos, Cessões e Repasses	-304.506	-5.433.986	-24.979	94.266
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-34.337	-281.302	-19.988	-115.235
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	245.770	3.758.020	199.335	796.087
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-175.100	-3.027.615	-160.942	-517.538
Receitas de Prestação de Serviços	45.285	581.482	48.993	272.570
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	86.735	602.870	27.174	130.716
Despesas de Pessoal	-123.065	-1.816.673	-112.154	-442.769
Outras Despesas Administrativas	-111.471	-1.471.380	-107.000	-440.862
Saldo das Demais Contas	-72.584	-923.914	-17.955	-37.193
Resultado Operacional	70.670	730.405	38.393	278.549
Lucro Líquido	50.647	750.447	28.283	120.386

	1.995	1.996	1.997
Permanente	2.477.651	2.240.377	2.551.759
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.476.968	2.881.856	5.712.765
Títulos e Valores Mobiliários	3.219.963	4.672.036	3.281.632
Operações de Crédito	6.530.752	8.296.715	8.249.712
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-471.606	-390.879	-427.493
Operações de Arrendamento Mercantil	11.809	1.084	122
Patrimônio Líquido	1.967.821	2.153.757	2.629.960
Depósitos	10.315.994	8.219.570	7.823.329
Depósitos a Vista	964.387	765.152	957.678
Captações no Mercado Aberto	1.573.773	2.870.500	3.439.114
Obrigações por Empréstimos	3.520.749	4.576.984	4.024.760
Empréstimos no Exterior	3.514.130	4.571.431	4.010.500
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	873.470	980.979	1.220.402
Obrigações por Repasse do Exterior	9.796	15.531	/
Passivo Total	21.629.305	23.290.534	24.674.820
Receitas da Intermediação Financeira	2.923.198	4.920.240	4.419.970
Operações de Crédito	2.236.960	3.206.817	3.069.178
Operações de Arrendamento Mercantil	12.146	15.881	7.764
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	579.120	1.566.929	1.119.773
Aplicações Compulsórias	51.735	75.875	189.187
Resultado de Câmbio	28.330	54.738	34.068
Despesas da Intermediação Financeira	-1.934.065	-3.334.622	-2.950.235
Captação no Mercado	-1.180.204	-2.217.245	-1.918.527
Empréstimos, Cessões e Repasses	-99.558	-534.303	-502.336
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-651.344	-580.043	-527.099
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	989.133	1.585.618	1.469.735
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-750.906	-1.184.246	-926.045
Receitas de Prestação de Serviços	376.573	685.001	813.061
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	152.804	514.985	495.959
Despesas de Pessoal	-620.827	-897.224	-895.573
Outras Despesas Administrativas	-686.723	-1.223.870	-1.177.820
Saldo das Demais Contas	27.267	-263.138	-161.672
Resultado Operacional	238.227	401.372	543.690
Lucro Líquido	154.580	285.062	430.843
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

			1.1.4.Real	
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	399.237	5.000.536	135.447	357.441
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	830.214	8.251.121	550.348	853.338
Títulos e Valores Mobiliários	184.935	14.816.133	148.080	1.947.278
Operações de Crédito	391.941	6.812.961	250.190	2.087.863
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.136	-89.221	-6.924	-90.755
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Patrimônio Líquido	374.616	4.860.583	135.183	550.697
Depósitos	1.311.614	23.926.713	720.302	3.757.764
Depósitos a Vista	159.704	1.670.915	41.240	517.697
Captações no Mercado Aberto	120.214	2.065.016	31.164	378.046
Obrigações por Empréstimos	438.160	7.658.850	293.227	1.063.575
Empréstimos no Exterior	438.160	7.503.086	293.174	1.063.575
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	34.143	469.954	11.137	37.504
Obrigações por Repasse do Exterior	6.069	1.629.991	97.023	208.219
Passivo Total	3.063.551	44.640.709	1.493.656	7.423.352
Receitas da Intermediação Financeira	1.050.365	24.781.766	295.188	3.885.368
Operações de Crédito	475.581	4.711.363	86.938	941.218
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	493.982	19.847.137	118.085	2.910.030
Aplicações Compulsórias	16.068	183.142	1.257	14.120
Resultado de Câmbio	64.734	40.124	/	/
Despesas da Intermediação Financeira	-818.791	-22.120.765	-177.003	-3.251.902
Captação no Mercado	-783.577	-20.348.091	-94.115	-2.910.760
Empréstimos, Cessões e Repasses	-31.387	-1.627.444	-64.414	-302.275
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.826	-145.231	-8.206	-36.725
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	231.574	2.661.001	118.185	613.466
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-212.380	-2.300.228	-80.026	-537.354
Receitas de Prestação de Serviços	23.819	468.817	30.014	100.361
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	25.618	98.664	5.217	-50.985
Despesas de Pessoal	-129.569	-1.473.642	-90.133	-283.891
Outras Despesas Administrativas	-158.715	-1.551.059	-102.889	-325.281
Saldo das Demais Contas	26.467	156.992	77.765	22.442
Resultado Operacional	19.194	360.773	38.159	76.112
Lucro Líquido	30.214	388.886	17.199	71.108

	1.995	1.996	1.997
Permanente	447.520	934.338	1.030.215
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.204.212	4.125.673	4.571.328
Títulos e Valores Mobiliários	1.350.409	3.038.486	2.562.921
Operações de Crédito	2.639.804	4.198.058	6.228.947
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-254.839	-274.892	-272.399
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Patrimônio Líquido	727.329	1.603.430	1.764.930
Depósitos	4.077.239	6.798.602	8.679.527
Depósitos a Vista	702.893	575.716	903.328
Captações no Mercado Aberto	215.801	3.515.320	2.926.193
Obrigações por Empréstimos	1.319.031	1.229.453	1.908.563
Empréstimos no Exterior	1.319.031	1.229.453	1.908.563
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	36.540	85.193	148.581
Obrigações por Repasse do Exterior	426.424	384.512	783.248
Passivo Total	7.782.248	15.560.288	18.782.816
Receitas da Intermediação Financeira	1.785.198	2.651.601	2.704.643
Operações de Crédito	1.235.157	1.613.294	1.484.103
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	515.256	952.095	955.969
Aplicações Compulsórias	-78.423	65.691	143.597
Resultado de Câmbio	22.329	20.521	120.974
Despesas da Intermediação Financeira	-1.026.972	-1.387.483	-1.687.513
Captação no Mercado	-723.871	-1.078.218	-1.365.619
Empréstimos, Cessões e Repasses	-38.450	-106.035	-167.403
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-264.651	-203.230	-154.491
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	758.226	1.264.118	1.071.130
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-590.589	-705.316	-714.122
Receitas de Prestação de Serviços	248.298	399.462	513.523
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-3.841	21.649	49.633
Despesas de Pessoal	-499.229	-506.110	-588.231
Outras Despesas Administrativas	-485.687	-699.174	-836.732
Saldo das Demais Contas	149.870	78.857	147.685
Resultado Operacional	167.637	558.802	303.008
Lucro Líquido	77.251	337.520	218.013
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados em 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		1.2.1.Safra		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	246.765	3.340.823	81.091	279.067
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	28.646	18.897.678	592.078	1.295.341
Títulos e Valores Mobiliários	85.631	7.911.022	154.582	1.436.242
Operações de Crédito	453.172	9.495.057	378.780	1.939.829
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.618	-88.448	-5.397	-77.707
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Patrimônio Líquido	260.163	3.095.694	86.814	439.382
Depósitos	1.020.745	27.599.721	789.530	3.100.881
Depósitos a Vista	32.348	160.450	1.707	22.391
Captações no Mercado Aberto	69.667	1.587.740	1.852	8.394
Obrigações por Empréstimos	212.085	2.768.895	90.723	200.172
Empréstimos no Exterior	203.309	2.696.682	89.840	197.597
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	387	/	/	24.119
Obrigações por Repasse do Exterior	3.478	2.894.046	163.645	536.893
Passivo Total	2.020.183	45.345.068	1.339.082	6.018.191
Receitas da Intermediação Financeira	1.005.607	25.688.942	1.031.101	953.358
Operações de Crédito	563.959	7.624.141	313.452	327.697
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	391.682	17.548.496	706.152	563.035
Aplicações Compulsórias	41.211	516.306	11.457	22.322
Resultado de Câmbio	8.754	/	41	4.955
Despesas da Intermediação Financeira	-926.858	-24.635.592	-926.023	-645.259
Captação no Mercado	-885.938	-22.384.378	-804.973	-689.174
Empréstimos, Cessões e Repasses	-28.860	-1.925.983	-115.707	103.109
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.060	-310.853	-5.342	-59.194
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	78.749	1.053.350	105.078	308.099
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-24.534	-651.717	-51.498	-136.270
Receitas de Prestação de Serviços	1.778	78.109	2.863	184.154
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	62.331	805.202	38.196	54.430
Despesas de Pessoal	-27.398	-408.319	-10.679	-121.393
Outras Despesas Administrativas	-34.885	-397.027	-11.251	-179.951
Saldo das Demais Contas	-26.360	-729.682	-70.627	-73.510
Resultado Operacional	54.215	401.633	53.580	171.829
Lucro Líquido	61.364	623.083	46.043	110.442

	1.995	1.996	1.997
Permanente	335.141	1.051.686	875.439
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.272.922	5.476.609	5.731.362
Títulos e Valores Mobiliários	1.535.979	1.445.700	2.335.375
Operações de Crédito	1.171.469	1.725.257	2.409.272
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-109.141	-105.178	-68.184
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Patrimônio Líquido	570.945	743.253	840.556
Depósitos	2.456.438	2886931+519	3.235.995
Depósitos a Vista	11.921	22.762	93.598
Captações no Mercado Aberto	347.218	4.184.216	4.114.117
Obrigações por Empréstimos	213.081	495.142	1.460.342
Empréstimos no Exterior	213.081	495.142	1.460.342
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	20.847	22.026	81.936
Obrigações por Repasse do Exterior	726.135	198.590	221.276
Passivo Total	5.773.604	10.698.426	13.622.658
Receltas da Intermediação Financeira	1.220.455	1.082.604	1.827.729
Operações de Crédito	650.619	646.986	840.644
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	429.865	407.264	901.335
Aplicações Compulsórias	128.623	12.387	59.454
Resultado de Câmbio	/	15.967	26.296
Despesas da Intermediação Financeira	-929.019	-853.075	-1.413.977
Captação no Mercado	-683.359	-569.067	-1.234.190
Empréstimos, Cessões e Repasses	-181.524	-261.905	-157.994
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-42.653	-22.103	-21.793
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	291.436	229.529	413.752
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-125.896	-18.274	-250.661
Receitas de Prestação de Serviços	210.895	200.857	139.016
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	85.143	127.869	125.856
Despesas de Pessoal	-170.845	-168.018	-213.997
Outras Despesas Administrativas	-244.069	-222.862	-276.555
Saldo das Demais Contas	-7.020	43.880	-24.981
Resultado Operacional	165.540	211.255	163.091
Lucro Líquido	116.322	176.157	155.839
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		1.2.2.Cidade		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	46.597	661.181	17.927	67.638
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	118.550	4.171.822	153.541	275.163
Títulos e Valores Mobiliários	7.086	263.391	4.941	169.550
Operações de Crédito	208.345	4.698.890	158.605	431.964
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.617	-51.834	-1.882	-29.161
Operações de Arrendamento Mercantil	453	23.569	9.735	39.387
Patrimônio Líquido	56.743	751.455	24.535	108.026
Depósitos	256.304	6.390.130	174.291	587.478
Depósitos a Vista	9.555	111.658	2.257	18.889
Captações no Mercado Aberto	4.272	583.839	56.564	16.761
Obrigações por Empréstimos	66.742	1.236.334	37.673	167.185
Empréstimos no Exterior	66.742	1.236.334	37.673	167.185
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	22.071	341.310	9.865	38.915
Obrigações por Repasse do Exterior	4.455	1.142.862	55.094	130.198
Passivo Total	501.360	11.320.618	380.819	1.234.279
Receitas da Intermediação Financeira	302.609	8.085.338	320.844	354.522
Operações de Crédito	223.727	4.007.964	164.659	163.843
Operações de Arrendamento Mercantil	360	11.794	7.102	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	75.670	4.046.781	148.930	107.315
Aplicações Compulsórias	2.852	18.799	152	4.451
Resultado de Câmbio	/	/	/	/
Despesas da Intermediação Financeira	-256.956	-7.515.709	-303.665	-229.083
Captação no Mercado	-211.771	-5.694.335	-222.432	-140.399
Empréstimos, Cessões e Repasses	-38.242	-1.523.538	-77.719	-40.697
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.502	-51.200	-2.036	-44.806
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	45.653	569.629	17.179	125.439
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-29.131	-383.497	-7.646	-91.113
Receitas de Prestação de Serviços	4.876	41.505	2.328	10.846
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	2.449	62.962	2.426	12.257
Despesas de Pessoal	-15.235	-234.010	-6.617	-66.565
Outras Despesas Administrativas	-12.245	-149.845	-3.772	-49.189
Saldo das Demais Contas	-8.976	-104.109	-2.011	1.538
Resultado Operacional	16.522	186.132	9.533	34.326
Lucro Líquido	7.983	109.597	7.055	19.291

	1.995	1.996	1.997
Permanente	108.922	137.186	170.350
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	816.716	571.185	470.424
Títulos e Valores Mobiliários	211.576	115.829	238.667
Operações de Crédito	671.836	829.631	792.491
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-45.626	-22.406	-18.027
Operações de Arrendamento Mercantil	26.701	1.224	/
Patrimônio Líquido	144.058	164.747	197.588
Depósitos	1.029.178	773.358	1.013.769
Depósitos a Vista	8.780	9.971	38.400
Captações no Mercado Aberto	450.677	406.047	245.492
Obrigações por Empréstimos	95.830	193.098	184.826
Empréstimos no Exterior	95.830	193.098	184.826
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	62.316	80.294	74.204
Obrigações por Repasse do Exterior	171.532	140.370	196.893
Passivo Total	2.011.525	1.876.980	2.046.213
Receitas da Intermediação Financeira	372.189	529.828	406.140
Operações de Crédito	207.455	237.817	256.393
Operações de Arrendamento Mercantil	9.349	3.700	205
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	93.900	253.831	112.350
Aplicações Compulsórias	48.532	23.951	22.814
Resultado de Câmbio	12.953	10.529	14.378
Despesas da Intermediação Financeira	-277.738	-447.678	-329.755
Captação no Mercado	-233.689	-360.458	-251.371
Empréstimos, Cessões e Repasses	-28.030	-63.922	-65.211
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-15.083	-23.298	-13.173
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	94.451	82.150	76.385
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-63.947	-55.492	-42.368
Receitas de Prestação de Serviços	21.189	23.610	24.656
Resultado de Participações em Colgadas e Controladas	18.212	29.658	50.214
Despesas de Pessoal	-63.843	-62.331	-64.544
Outras Despesas Administrativas	-42.162	-44.643	-49.677
Saldo das Demais Contas	2.657	-1.786	-3.017
Resultado Operacional	30.504	26.658	34.017
Lucro Líquido	21.627	20.985	31.371
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

	1.3.1.Sudameris			
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	162.420	1.952.245	57.284	219.532
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	288.435	4.505.920	143.528	284.046
Títulos e Valores Mobiliários	42.098	747.632	39.922	409.205
Operações de Crédito	418.536	6.416.003	234.459	1.351.446
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-11.980	-197.147	-3.389	-30.734
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	2.951	20.455
Patrimônio Líquido	200.116	2.413.664	64.534	286.505
Depósitos	692.856	8.457.950	299.520	1.701.886
Depósitos a Vista	47.401	521.799	7.941	105.953
Captações no Mercado Aberto	15.891	387.288	15.243	35.880
Obrigações por Empréstimos	593.320	10.318.087	291.731	434.578
Empréstimos no Exterior	593.320	10.318.087	291.731	434.578
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	14.731	180.045	3.634	155.605
Obrigações por Repasse do Exterior	6	1.238.741	45.653	145.462
Passivo Total	1.804.374	25.780.042	809.216	3.020.297
Receitas da Intermediação Financeira	792.226	12.353.470	197.147	520.938
Operações de Crédito	547.673	6.555.017	159.437	/
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	322	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	223.149	5.498.515	2.257	/
Aplicações Compulsórias	9.089	299.938	/	/
Resultado de Câmbio	9.789	/	/	/
Despesas da Intermediação Financeira	-701.154	-11.392.559	-196.650	(326.281)
Captação no Mercado	-634.845	-8.964.833	-59.476	/
Empréstimos, Cessões e Repasses	-49.289	-2.097.815	-114.878	/
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-17.020	-218.041	-4.674	/
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	91.071	960.911	498	194.657
Outras Receltas/Despesas Operacionais	-68.423	-521.151	7.282	(138.394)
Receitas de Prestação de Serviços	7.834	110.933	5.622	/
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.958	142.176	7.524	/
Despesas de Pessoal	-43.621	-525.421	-33.274	/
Outras Despesas Administrativas	-27.933	-366.979	-23.177	/
Saldo das Demais Contas	-16.661	118.140	50.587	/
Resultado Operacional	22.648	439.760	7.780	56.263
Lucro Líquido	5.971	81.656	6.685	40.283

	1.995	1.996	1.997
Permanente	301.009	325.265	334.569
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.079.866	1.351.391	2.769.215
Títulos e Valores Mobiliários	362.095	1.018.238	781.616
Operações de Crédito	1.853.433	2.869.965	2.764.847
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-116.585	-127.012	-135.483
Operações de Arrendamento Mercantil	10.337	794	/
Patrimônio Líquido	390.969	426.224	566.592
Depósitos	1.835.994	1.928.021	2.539.417
Depósitos a Vista	50.937	86.258	249.353
Captações no Mercado Aberto	786.235	2.071.259	3.125.954
Obrigações por Empréstimos	676.659	976.366	818.590
Empréstimos no Exterior	676.659	976.366	818.590
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	165.668	199.548	273.717
Obrigações por Repasse do Exterior	261.190	393.202	281.641
Passivo Total	4.677.240	6.478.895	8.151.178
Receitas da Intermediação Financeira	910.881	1.213.593	1.440.658
Operações de Crédito	/	/	/
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	/	/	/
Aplicações Compulsórias	/	/	/
Resultado de Câmbio	/	/	/
Despesas da Intermediação Financeira	-548.292	-881.959	-1.072.674
Captação no Mercado	/	/	/
Empréstimos, Cessões e Repasses	/	/	/
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	/	/	/
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	362.589	331.634	367.984
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-230.340	-266.905	-344.663
Receitas de Prestação de Serviços	/	/	/
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	/	/	/
Despesas de Pessoal	/	/	/
Outras Despesas Administrativas	/	/	/
Saldo das Demais Contas	/	/	/
Resultado Operacional	132.249	64.729	23.321
Lucro Líquido	73.706	60.308	42.961
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		1.3.2.Lloyds Bank		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	82.703	874.628	16.760	38.916
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	559.100	7.252.426	314.039	1.249.912
Títulos e Valores Mobiliários	67.936	4.255.910	30.118	411.096
Operações de Crédito	423.726	6.082.968	225.327	754.203
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-11.168	-49.479	-887	-31.604
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	7.754
Patrimônio Líquido	111.648	1.384.217	36.246	194.390
Depósitos	845.965	9.987.138	220.282	637.064
Depósitos a Vista	6.387	5.079.248	/	/
Captações no Mercado Aberto	/	/	/	/
Obrigações por Empréstimos e Repasses	489.468	7.875.369	287.864	912.716
Empréstimos no Exterior	391.877	6.248.887	238.758	761.541
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	342	608.491	23.641	103.886
Obrigações por Repasse do Exterior	47.250	590.213	24.648	47.289
Passivo Total	1.662.109	25.387.643	818.692	3.366.977
Receitas da Intermediação Financeira	1.048.182	22.119.875	752.507	314.335
Operações de Crédito	418.455	5.669.361	180.232	-230.283
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	60	772
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	512.513	16.372.894	572.048	528.989
Aplicações Compulsórias	/	74.674	166	/
Resultado de Câmbio	80.210	/	/	/
Despesas da Intermediação Financeira	-994.846	-21.756.006	-730.280	-204.396
Captação no Mercado	-693.724	-16.323.899	-486.070	-98.861
Empréstimos, Cessões e Repasses	-107.984	-1.891.277	-75.724	66.529
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-31.584	-130.948	-778	-28.590
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	53.336	363.869	22.227	109.939
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-28.716	-276.095	-7.040	-114.971
Receitas de Prestação de Serviços	/	19.559	1.246	20.915
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	/	/	/	/
Despesas de Pessoal	/	-201.425	-4.026	-44.498
Outras Despesas Administrativas	/	-321.636	-4.555	-62.267
Saldo das Demais Contas	/	227.407	295	-29.121
Resultado Operacional	24.620	87.774	15.187	-5.032
Lucro Líquido	479	15.620	1.534	1.594

Plan1

	1.995	1.996	1.997
Permanente	40.739	37.253	17.893
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.160.834	726.583	2.364.964
Títulos e Valores Mobiliários	311.334	503.936	1.028.474
Operações de Crédito	720.574	814.342	433.603
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-43.957	-87.486	-91.298
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	1.570
Patrimônio Líquido	214.739	196.006	181.045
Depósitos	934.806	859.609	938.504
Depósitos a Vista	/	2.474	12.992
Captações no Mercado Aberto	/	/	/
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.020.630	541.668	424.264
Empréstimos no Exterior	846.446	406.291	357.010
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	122.251	102.227	32.166
Obrigações por Repasse do Exterior	51.933	33.150	35.088
Passivo Total	2.925.866	2.692.863	4.703.637
Receitas da Intermediação Financeira	1.131.584	868.298	887.245
Operações de Crédito	108.344	222.941	131.886
Operações de Arrendamento Mercantil	-1.209	/	311
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	939.400	636.035	754.895
Aplicações Compulsórias	/	/	/
Resultado de Câmbio	77.428	9.322	153
Despesas da Intermediação Financeira	-1.051.218	-811.450	-834.280
Captação no Mercado	-871.482	-625.994	-693.397
Empréstimos, Cessões e Repasses	-160.133	-143.798	-135.575
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-19.603	-41.658	-5.308
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	80.366	56.848	52.965
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-108.446	-82.236	-65.591
Receitas de Prestação de Serviços	2.990	5.254	6.367
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	/	/	/
Despesas de Pessoal	-55.847	-49.651	-32.503
Outras Despesas Administrativas	-42.313	-29.512	-25.070
Saldo das Demais Contas	-13.276	-8.327	-14.385
Resultado Operacional	-28.080	-25.388	-12.626
Lucro Líquido	-23.312	-10.852	-14.961
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		1.3.3. Citibank		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	137.334	1.427.922	32.416	136.168
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	532.148	9.626.771	363.316	593.757
Títulos e Valores Mobiliários	357.040	854.964	79.193	366.938
Operações de Crédito	400.808	8.449.104	208.136	740.309
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.976	-41.655	-496	-12.396
Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	10.962	13.028
Patrimônio Líquido	160.481	2.100.791	54.326	288.000
Depósitos	948.191	11.097.550	317.525	1.134.514
Depósitos a Vista	16.669	166.496	3.299	69.847
Captações no Mercado Aberto	118.651	3.055.240	69.688	156.481
Obrigações por Empréstimos	408.903	3.346.466	216.455	165.331
Empréstimos no Exterior	408.903	3.661.615	77.234	165.331
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	29.386	272.503	4.136	1.164
Obrigações por Repasse do Exterior	192.086	3.507.873	109.262	297.655
Passivo Total	2.275.191	27.330.562	846.944	2.631.918
Receitas da Intermediação Financeira	997.936	18.755.830	718.632	415.737
Operações de Crédito	532.345	6.420.130	207.200	197.792
Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	2.639	-1.309
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	402.989	11.956.213	505.997	117.698
Aplicações Compulsórias	39.218	379.487	2.742	-31.343
Resultado de Câmbio	13.925	0	0	0
Despesas da Intermediação Financeira	-1.015.396	-18.475.144	-726.529	-161.330
Captação no Mercado	-764.291	-14.113.452	-466.878	-51.907
Empréstimos, Cessões e Repasses	-238.590	-3.945.450	-233.950	-91.420
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.515	-78.613	-667	-13.656
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	-17.460	280.685	-7.897	254.407
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-33.220	293.676	27.521	-99.817
Receitas de Prestação de Serviços	20.414	366.486	7.869	87.242
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	0	0	0	0
Despesas de Pessoal	-44.689	-526.019	-11.590	-156.532
Outras Despesas Administrativas	-39.454	-376.713	-7.714	-115.849
Saldo das Demais Contas	30.509	829.922	38.956	85.322
Resultado Operacional	-50.680	574.362	19.625	154.590
Lucro Líquido	226	137.375	1.584	52.602

	1995	1996	1997
Permanente	126.124	72.370	188.171
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.354.750	1.484.715	1.599.551
Títulos e Valores Mobiliários	246.363	164.697	249.982
Operações de Crédito	655.758	808.363	1.955.311
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-75.041	-41.598	-67.353
Operações de Arrendamento Mercantil	11.228	5	/
Patrimônio Líquido	305.964	259.148	357.016
Depósitos	1.146.775	1.702.255	2.139.642
Depósitos a Vista	83.817	93.420	227.035
Captações no Mercado Aberto	457.728	297.739	599.894
Obrigações por Empréstimos	421.441	47.009	545.522
Empréstimos no Exterior	421.441	47.009	545.522
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	378	/	25.231
Obrigações por Repasse do Exterior	513.339	/	604.382
Passivo Total	3.491.406	3.535.441	5.625.504
Receitas da Intermediação Financeira	536.401	286.442	792.720
Operações de Crédito	312.535	196.785	437.643
Operações de Arrendamento Mercantil	-254	81	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	206.243	85.957	257.784
Aplicações Compulsórias	-29.531	3.913	71.464
Resultado de Câmbio	42.923	-294	25.829
Despesas da Intermediação Financeira	-413.586	-194.476	-547.744
Captação no Mercado	-267.201	-82.967	-448.752
Empréstimos, Cessões e Repasses	-86.230	-70.420	-51.695
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-60.155	-41.089	-47.294
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	122.815	91.966	244.976
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-105.128	26.393	-86.235
Receitas de Prestação de Serviços	75.778	113.493	138.102
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	0	96.823	32.827
Despesas de Pessoal	-134.330	-52.934	-107.816
Outras Despesas Administrativas	-115.928	-115.141	-129.200
Saldo das Demais Contas	69.352	-15.848	-20.148
Resultado Operacional	17.687	118.359	158.741
Lucro Líquido	17.964	104.850	124.118
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			
dados de 1994 a valores constantes de 1995			

		2.1.Brasil		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	5.297.579	67.917.976	2.224.921	3.344.626
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	196.696	17.135.797	185.397	11.007.353
Títulos e Valores Mobiliários	2.921.560	39.390.448	463.124	8.617.630
Operações de Crédito	13.333.714	209.697.724	6.422.617	33.485.108
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-358.453	-3.899.053	-87.154	-1.300.091
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Patrimônio Líquido	4.991.596	76.531.708	2.104.499	5.752.768
Depósitos	7.996.373	113.701.698	3.622.242	34.174.262
Depósitos a Vista	1.615.882	16.100.185	342.522	4.768.777
Captações no Mercado Aberto	1.645.392	24.380.124	257.767	6.680.154
Obrigações por Empréstimos	674.178	26.826.809	1.088.133	4.566.354
Empréstimos no Exterior	674.178	26.584.118	1.084.914	4.561.942
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	6.866.801	105.026.365	3.245.590	13.161.699
Obrigações por Repasse do Exterior	357.599	6.692.114	265.920	87.805
Passivo Total	59.638.289	748.248.295	21.166.451	72.847.764
Receitas da Intermediação Financeira	11.323.056	186.148.742	1.680.838	9.202.037
Operações de Crédito	7.405.013	136.890.548	419.311	4.141.812
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.271.005	38.183.525	148.440	1.449.649
Aplicações Compulsórias	409.808	9.047.135	68.427	330.564
Resultado de Câmbio	1.212.128	2.026.612	507.866	122.550
Despesas da Intermediação Financeira	-8.878.782	-161.793.691	-719.598	-4.207.685
Captação no Mercado	-6.314.836	-108.283.826	-262.162	-3.321.716
Empréstimos, Cessões e Repasses	-2.255.591	-49.231.105	-446.515	-486.399
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-308.355	-4.268.903	-10.922	-399.570
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.444.275	24.355.051	961.240	4.994.352
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-2.165.856	-20.612.676	-840.658	-4.818.940
Receitas de Prestação de Serviços	134.166	1.683.617	164.652	836.409
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	266.726	7.785.055	507.109	510.264
Despesas de Pessoal	-2.423.328	-34.983.623	-1.606.579	-6.299.319
Outras Despesas Administrativas	-392.360	-4.940.579	-328.777	-1.398.427
Saldo das Demais Contas	248.940	9.842.854	422.937	1.532.133
Resultado Operacional	278.418	3.742.375	120.583	-94.551
Lucro Líquido	269.339	3.887.790	126.790	-85.442

	1.995	1.996	1.997
Permanente	4.616.542	4.453.892	4.313.921
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.996.161	14.818.954	16.033.598
Títulos e Valores Mobiliários	10.744.340	17.665.374	25.709.423
Operações de Crédito	32.391.296	23.520.458	22.675.501
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-4.296.022	-5.835.655	-10.825.360
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Patrimônio Líquido	3.466.471	5.592.213	6.003.033
Depósitos	53.243.145	44.725.665	54.487.392
Depósitos a Vista	5.639.335	4.062.131	9.219.466
Captações no Mercado Aberto	4.204.770	9.395.968	6.670.556
Obrigações por Empréstimos	2.667.247	6.052.682	13.361.192
Empréstimos no Exterior	2.667.247	2.844.302	2.858.251
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	7.543.275	6.574.661	8.060.086
Obrigações por Repasse do Exterior	202.788	440.782	281.970
Passivo Total	80.086.017	81.526.747	106.943.289
Receitas da Intermediação Financeira	12.808.447	13.184.581	14.089.265
Operações de Crédito	9.504.668	6.692.091	8.072.330
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	1.623.011	3.826.456	3.474.481
Aplicações Compulsórias	949.842	1.106.168	2.197.117
Resultado de Câmbio	319.875	1.559.866	345.337
Despesas da Intermediação Financeira	-12.147.902	-16.192.514	-12.777.648
Captação no Mercado	-6.888.066	-8.175.641	-7.645.983
Empréstimos, Cessões e Repasses	-1.580.245	-2.821.870	-2.761.278
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.679.591	-5.195.003	-2.370.387
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	660.545	-3.007.933	1.311.617
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-4.783.255	-4.385.933	-797.280
Receitas de Prestação de Serviços	1.685.408	2.169.822	2.482.428
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-825.453	-751.492	1.155.558
Despesas de Pessoal	-6.756.998	-6.549.087	-6.242.596
Outras Despesas Administrativas	-1.515.524	-1.622.602	-1.886.172
Saldo das Demais Contas	2.629.312	2.367.426	3.693.502
Resultado Operacional	-4.122.710	-7.393.866	514.337
Lucro Líquido	-4.253.334	-7.525.817	573.819
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

	1.995	1.996	1.997
Permanente	1.331.629	1.688.546	1.475.234
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.249.533	17.342.139	2.257.341
Títulos e Valores Mobiliários	13.470.949	15.834.956	45.023.496
Operações de Crédito	18.957.032	24.453.759	3.436.145
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-830.958	-1.083.303	-1.342.979
Operações de Arrendamento Mercantil	/	141	-8.749
Patrimônio Líquido	1.461.436	2.440.383	3.929.003
Depósitos	18.512.462	22.386.107	15.147.962
Depósitos a Vista	2.148.956	2.390.957	2.721.628
Captações no Mercado Aberto	12.128.423	15.624.206	28.873.430
Obrigações por Empréstimos	12.904.252	16.427.555	1.770.896
Empréstimos no Exterior	1.346.067	1.490.728	1.769.766
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	531.836	480.977	422.896
Obrigações por Repasse do Exterior	576	/	/
Passivo Total	49.572.025	63.027.477	57.838.374
Receitas da Intermediação Financeira	10.175.780	15.082.072	18.593.510
Operações de Crédito	5.498.000	7.592.455	9.942.247
Operações de Arrendamento Mercantil	1.869	2.475	2.779
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.039.195	7.339.532	8.494.294
Aplicações Compulsórias	2.297.875	42.594	55.906
Resultado de Câmbio	102.298	105.016	98.284
Despesas da Intermediação Financeira	-7.908.834	-11.197.338	-12.930.330
Captação no Mercado	-4.893.439	-7.422.018	-8.818.552
Empréstimos, Cessões e Repasses	-2.668.148	-3.444.135	-3.906.325
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-346.666	-330.587	-204.837
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.266.946	3.884.734	5.663.180
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-2.119.036	-2.198.885	-2.405.080
Receitas de Prestação de Serviços	354.425	381.205	416.887
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	52.338	262.262	235.676
Despesas de Pessoal	-1.906.746	-2.278.194	-2.081.983
Outras Despesas Administrativas	-432.718	-453.878	-506.854
Saldo das Demais Contas	-186.335	-110.280	-468.806
Resultado Operacional	147.910	1.685.849	3.258.100
Lucro Líquido	-44.226	1.273.584	1.097.501
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		2.2.2.BRB		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	68.614	843.947	21.906	85.351
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	85.306	2.553.438	76.702	195.994
Títulos e Valores Mobiliários	7.746	1.288.052	101.787	71.044
Operações de Crédito	251.568	3.175.214	83.712	474.484
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-6.041	-42.425	-822	-6.085
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Patrimônio Líquido	119.651	1.615.182	44.954	190.793
Depósitos	143.801	4.302.402	193.861	483.274
Depósitos a Vista	64.755	815.749	8.662	155.076
Captações no Mercado Aberto	2.015	1.604	3.610	15.228
Obrigações por Empréstimos	1.555	41.701	2.369	6.767
Empréstimos no Exterior	/	29.315	2.186	6.176
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	147.553	1.748.709	38.618	148.824
Obrigações por Repasse do Exterior	/	/	/	/
Passivo Total	485.271	8.320.478	303.498	972.425
Receitas da Intermediação Financeira	397.000	5.732.047	88.438	818.231
Operações de Crédito	232.685	3.063.333	36.394	425.098
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	150.366	2.503.255	33.035	367.217
Aplicações Compulsórias	10.136	149.628	-65	25.430
Resultado de Câmbio	3.813	15.831	/	486
Despesas da Intermediação Financeira	-268.411	-4.097.789	-32.590	-559.245
Captação no Mercado	-128.937	-2.344.519	-32.794	-401.702
Empréstimos, Cessões e Repasses	-119.507	-1.706.217	4.561	-149.041
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-19.963	-47.053	641	-8.502
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	128.589	1.634.258	55.848	258.986
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-71.868	-892.713	-47.047	-145.990
Receitas de Prestação de Serviços	1.504	40.776	4.147	14.112
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	2.240	12.264	728	2.421
Despesas de Pessoal	-56.655	-726.564	-34.045	-152.679
Outras Despesas Administrativas	-14.657	-180.661	-13.787	-34.810
Saldo das Demais Contas	-4.300	-38.528	-4.090	24.966
Resultado Operacional	56.721	741.545	8.802	112.996
Lucro Líquido	6.918	129.407	5.748	28.427

	1.995	1.996	1.997
Permanente	121.571	170.952	169.311
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	92.676	123.100	347.932
Títulos e Valores Mobiliários	156.136	75.235	63.798
Operações de Crédito	592.484	591.134	631.239
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-41.487	-76.961	-101.855
Operações de Arrendamento Mercantil	/	61	93
Patrimônio Líquido	224.302	202.194	210.830
Depósitos	609.353	623.954	830.333
Depósitos a Vista	133.890	176.959	237.029
Captações no Mercado Aberto	37.180	23.557	47.408
Obrigações por Empréstimos	10.400	22.433	25.113
Empréstimos no Exterior	9.813	21.402	23.605
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	190.707	202.221	217.367
Obrigações por Repasse do Exterior	/	/	/
Passivo Total	1.194.404	1.239.703	1.551.715
Receitas da Intermediação Financeira	369.531	313.012	333.720
Operações de Crédito	276.507	231.921	217.748
Operações de Arrendamento Mercantil	/	2.201	12.364
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	93.773	69.642	81.117
Aplicações Compulsórias	-22.637	7.011	19.636
Resultado de Câmbio	/	2.237	2.855
Despesas da Intermediação Financeira	-157.587	-196.924	-199.329
Captação no Mercado	-91.435	-112.804	-119.133
Empréstimos, Cessões e Repasses	-25.736	-40.489	-42.833
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-39.112	-42.633	-31.575
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	211.944	116.088	134.391
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-219.898	-145.862	-123.129
Receitas de Prestação de Serviços	23.547	19.958	18.782
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	4.139	9.779	6.947
Despesas de Pessoal	-198.777	-149.191	-133.592
Outras Despesas Administrativas	-63.450	-80.958	-77.861
Saldo das Demais Contas	14.643	54.550	62.595
Resultado Operacional	-7.954	-29.733	11.262
Lucro Líquido	-9.933	-29.733	12.521
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			

		2.2.3. BESC		
	1.991	1.992	1.993	1.994
Permanente	34.957	471.195	13.872	58.228
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	175.019	2.272.610	68.259	176.799
Títulos e Valores Mobiliários	24.492	381.229	7.599	264.597
Operações de Crédito	184.895	2.463.114	73.826	305.623
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.757	-9.071	-432	-6.692
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Patrimônio Líquido	73.063	991.146	30.241	128.760
Depósitos	128.498	2.000.974	66.917	353.197
Depósitos a Vista	52.846	595.237	13.650	168.451
Captações no Mercado Aberto	91.207	394.814	6.471	273.345
Obrigações por Empréstimos	16.568	203.607	6.511	20.346
Empréstimos no Exterior	1.069	178.500	5.985	19.568
Obrigações por Repasse do País-				
Instituições Oficiais	113.179	1.490.503	37.890	39.028
Obrigações por Repasse do Exterior	/	/	/	/
Passivo Total	522.641	6.020.526	174.952	933.075
Receitas da Intermediação Financeira	341.799	4.927.037	148.347	300.408
Operações de Crédito	174.875	2.380.510	71.608	92.026
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	156.710	2.494.575	76.146	88.137
Aplicações Compulsórias	6.383	27.515	544	/
Resultado de Câmbio	3.664	24.425	49	/
Despesas da Intermediação Financeira	-251.447	-3.133.381	-93.689	-42.179
Captação no Mercado	-142.706	-1.711.330	-57.043	-74.025
Empréstimos, Cessões e Repasses	-103.460	-1.382.825	-36.106	112.978
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-5.280	-39.225	-540	-13.653
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	90.352	1.793.656	54.658	258.229
Outras Receltas/Despesas Operacionais	-46.820	-1.163.149	-33.755	-217.716
Receitas de Prestação de Serviços	3.922	90.369	2.156	32.613
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	501	10.661	177	5.273
Despesas de Pessoal	-54.310	-943.319	-26.509	-211.670
Outras Despesas Administrativas	-11.793	-163.239	-4.408	-57.403
Saldo das Demais Contas	14.860	-157.621	-5.171	13.471
Resultado Operacional	43.532	630.507	20.903	40.513
Lucro Líquido	18.167	143.940	5.283	19.468

	1.995	1.996	1.997
Permanente	77.523	90.622	127.709
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	137.455	188.890	260.835
Títulos e Valores Mobiliários	695.867	631.640	546.424
Operações de Crédito	525.314	580.240	729.195
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-35.065	-59.743	-64.596
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Patrimônio Líquido	189.905	248.829	262.360
Depósitos	543.160	1.025.893	1.184.262
Depósitos a Vista	162.342	212.025	268.730
Captações no Mercado Aberto	380.944	116.182	145.364
Obrigações por Empréstimos	292.991	221.380	228.571
Empréstimos no Exterior	37.277	68.964	36.136
Obrigações por Repasse do País-			
Instituições Oficiais	55.629	55.896	87.262
Obrigações por Repasse do Exterior	/	31.300	33.574
Passivo Total	1.591.900	1.853.889	2.064.476
Receitas da Intermediação Financeira	524.644	553.108	541.780
Operações de Crédito	361.069	331.044	359.093
Operações de Arrendamento Mercantil	/	/	/
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	132.365	213.931	155.519
Aplicações Compulsórias	/	3.588	22.465
Resultado de Câmbio	/	4.545	4.703
Despesas da Intermediação Financeira	-250.171	-375.490	-355.939
Captação no Mercado	-197.942	-266.134	-204.826
Empréstimos, Cessões e Repasses	42.699	-12.001	-57.213
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-74.186	-97.355	-93.900
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	274.473	177.618	185.841
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-209.687	-138.177	-140.761
Receitas de Prestação de Serviços	58.740	77.545	80.442
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	2.941	5.668	3.388
Despesas de Pessoal	-215.453	-212.981	-228.344
Outras Despesas Administrativas	-73.700	-91.533	-96.183
Saldo das Demais Contas	17.785	83.124	99.936
Resultado Operacional	64.786	39.441	45.080
Lucro Líquido	25.024	25.382	26.045
Obs.:			
resultados de 1994/1997: em milhares de Reais			
resultados de 1993: em milhões de Cruzeiros Reais			
resultados de 1991/1992: em milhões de Cruzeiros			